



Nº 1150 - Semanal
0,50 €

18 Abril 2002

ACCAO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvano Gomes da Silva

Internet www.partido-socialista.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt

PARABÉNS PS



1973-2002

PS VOTA CONTRA PROGRAMA DE GOVERNO ▶ PÁGINA 3

A SEMANA REVISTA

António Costa foi eleito, por larga maioria, líder da bancada socialista na Assembleia da República.

O porta-voz do PS, Paulo Pedroso, em conferência de Imprensa, acusou o Governo de estar a usar a controvérsia à volta do défice para não cumprir promessas eleitorais.

Confirmando as declarações do PS, o comissário europeu Pedro Solbes disse que o défice de 2001 não ultrapassou os 3 por cento.

O Grupo Parlamentar do PS decidiu votar contra o programa de Governo e abster-se nas moções de rejeição apresentadas pelo PCP e BE.

O Presidente da República, Jorge Sampaio, presidiu ao colóquio "O poder local em tempo de globalização. Uma história e um futuro".

Jamila Madeira anunciou a sua recandidatura à liderança da Juventude Socialista.

Um cordão humano de solidariedade com o povo palestino ligou a embaixada de Israel à representação da ONU em Lisboa.

Xanana Gusmão foi eleito Presidente da República de Timor Lorosae.

O ADEUS ÀS PROMESSAS DO ZÉ I



Somos um partido com história, com memória, com passado. Somos um partido de futuro. E prova disso é que o projecto socialista continua a atrair para as nossas fileiras milhares de cidadãos que se revêem no ideário do PS.

Foi em Bad Münstereifel a 19 de Abril de 1973 que se decidiu transformar a Acção Socialista Portuguesa em Partido Socialista.

Volvidos 29 anos sobre essa data, o PS está de parabéns por ter sabido responder às expectativas que então eram as de devolver a liberdade e a democracia ao povo português, e por ter corporizado, depois de 25 de Abril, um projecto de esperança, de desenvolvimento e de progresso para o nosso país.

Com Mário Soares, o primeiro secretário-geral e seu principal fundador, depois com Victor Constâncio, Jorge Sampaio, António Guterres e agora Ferro Rodrigues, o PS afirmou-se como um dos partidos centrais da democracia, tendo servido Portugal tanto no Governo como na Oposição, mas sempre com o mesmo referencial de justiça, de solidariedade e de liberdade.

As vicissitudes por que passámos constituem o nosso património do qual muito nos orgulhamos. Para os fundadores do PS vai a enorme gratidão por terem tido a capacidade, o rasgo de antecipar "as grandes tarefas do futuro" que, de facto, vieram a ocorrer um ano e seis dias depois da histórica decisão.

No actual contexto político, "as exigências concretas do presentes" são outras. Por isso, o PS prepara-se para proceder a um debate plural, aberto e livre, tendo em vista a actualização da Declaração de Princípios e do Programa, com base nos valores de sempre, mas tendo como horizonte a realidade do século XXI.

Do próximo Congresso de Novembro não se espere a refundação do partido porque tal não é necessário, mas sim uma nova abordagem de forma a não estagnarmos no marasmo doutrinário e ideológico. Face aos novos desafios e aos novos problemas, há que encontrar soluções inovadoras



O Grupo Parlamentar do PS vai votar contra o programa de Governo, abstendo-se em relação às moções de rejeição apresentadas pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda. Esta posição foi anunciada por António Costa, no final da reunião da bancada socialista que teve lugar na passada terça-feira.

Segundo o líder parlamentar do PS, o programa do Governo é "murcho e chocho", representando "uma desilusão" face às medidas apresentadas pelo PSD e CDS-PP nos respectivos programas eleitorais.

Em declarações à Imprensa, António Costa criticou as "propostas confusas" para o sector da educação, lamentando também que o documento suspenda a co-incineração, "mas nada diga do que se vai fazer com os resíduos perigosos".

Em matéria de Comunicação Social, Costa lamentou que o programa do Governo de

coligação PSD/CDS-PP "nada diga sobre o financiamento do serviço público" de televisão, designadamente no que se refere à redução da publicidade nos canais da RTP. "O programa do Governo abre a possibilidade de privatizar um dos dois canais da RTP, mas nada diz do que acontecerá ao outro", que se manterá na posse do Estado, queixou-se ainda o ex-ministro da Justiça.

De acordo com António Costa, no programa de Governo "abandonam-se propostas feitas pelo PSD e pelo CDS-PP na campanha eleitoral e nada de concreto é proposto em alternativa". No que respeita às finanças públicas, o líder da bancada comentou que "este não pode ser o Governo da ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, e o resto são seus ajudantes", antes de lançar dúvidas sobre a possibilidade do Executivo não querer cumprir o Pacto de Estabilidade e Convergência negociado em

EDITORIAL

UM PARTIDO DE FUTURO

que respondam eficazmente às grandes questões do nosso tempo. Esse é o caminho que vai ser desbravado para voltarmos de novo à liderança do País.

Somos um partido com história, com memória, com passado. Somos um partido de futuro. E prova disso é que o projecto socialista continua a atrair para as nossas fileiras milhares de cidadãos que se revêem no ideário do PS.

Este ano, por deliberação do Secretariado Nacional, as comemorações do vigésimo nono aniversário terão lugar na sede nacional, numa cerimónia simples que juntará os novos militantes com os fundadores do partido. Trata-se de uma passagem de testemunho que vai estabelecer a ponte entre aqueles que acenderam o facho e os que terão de o transportar no futuro. O gesto simbólico que aqui se adivinha será da maior importância para o socialismo democrático e para a esquerda em Portugal. Viva o PS.



SILVINO GOMES DA SILVA

Silvino Gomes da Silva

PS VOTA CONTRA PROGRAMA DE GOVERNO

Bruxelas. "O programa de estabilidade e convergência é nacional, vinculando todos os portugueses. Se for abandonado pelo actual Governo, representará um grave erro da nossa política externa e um péssimo sinal de confiança para os mercados e para os investidores", sustentou o ex-titular da pasta da Justiça.

Por outro lado, o líder parlamentar socialista demarcou-se das moções de rejeição do programa do Governo apresentadas pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda, recordando que o PS "sempre disse que o País precisa de estabilidade política". "As moções de rejeição são provas de vida do PCP e do Bloco de Esquerda. Ficamos satisfeitos por saber que o PCP e o Bloco de Esquerda estão vivos", comentou António Costa.

Falta rigor

Guilherme d'Oliveira Martins afirmou que é possível chegar ao final do ano com um défice orçamental de 1,8 por cento, tendo acusado o actual Governo de falta de rigor com as declarações "alarmistas" que apenas servem para preparar medidas impopulares.

Segundo o vice-presidente da bancada parlamentar do PS, os números anunciados pela ministra das Finanças não constituem novidade, pois "o Orçamento aprovado em Novembro já admitia estes aumentos de despesas, não tendo como consequência o aumento do défice em razão do mecanismo de capitalização".

Por outro lado, o ex-ministro das Finanças sublinhou que do ponto de vista técnico "quando transferimos o montante do Orçamento de Estado para o da Segurança Social, passa a ser receita do orçamento da segurança social, sendo aí capitalizado, pelo que não envolve qualquer agravamento do défice".

Oliveira Martins negou igualmente qualquer descontrolo das finanças públicas, realçando que o Governo procura apenas um alibi para não aplicar o prometido choque fiscal que, desde o início, sabia ser incompatível com os compromissos no Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC). Quanto ao equilíbrio orçamental em 2004, referiu que se trata de um objectivo difícil e que tem de ser partilhado por todos os países da Zona Euro.

SEM ÁLIBIS

Para desmistificar o empolamento do défice que a coligação de direita tem vindo a servir todos os dias aos portugueses através da Comunicação Social, o porta-voz do PS, Paulo Pedroso, deu uma conferência de Imprensa no passado domingo, repondo a situação nos devidos termos, acusando ao mesmo tempo o actual Governo de se estar a preparar para não cumprir as promessas eleitorais.

Segundo Paulo Pedroso, "o Governo de Durão Barroso tem repetido afirmações sobre as finanças públicas que não são rigorosas e não defendem os interesses nacionais. É legítimo pensar que o seu fim possa ser o de criar um clima favorável ao desrespeito pelas promessas que o PSD fez aos portugueses e à adopção de medidas que lhes ocultou na campanha eleitoral".

Nessa linha, o porta-voz do PS lembrou que, "primeiro, tentaram convencer os portugueses e as próprias instâncias comunitárias que o défice relativo a 2001 seria superior a 5 por cento, depois recuaram para mais de 3 por cento e agora, quando é o próprio comissário europeu responsável pela área a pôr em causa estas afirmações, em vez de saudar o facto, positivo para o interesse nacional, vemos os porta-vozes do Governo insistir no erro".

Com Cavaco o défice foi superior a 9 por cento

Paulo Pedroso sublinhou que "convém não esquecer que o PSD fez as suas promessas eleitorais, de redução dos impostos para as empresas, pelo choque fiscal, de aumento das pensões e todas as outras, quando dizia que o défice de 2001 teria sido o dobro daquele que

agora se prevê que venha a registar-se. Não tem, por isso, legitimidade para invocar este argumento para não cumprir aquilo com que se comprometeu."

Comparando a situação portuguesa com a dos nossos parceiros comunitários e com a herança de Cavaco Silva, o porta-voz socialista afirmou que "para além da criação de uma controvérsia lesiva dos interesses do País sobre o OE 2001, há ainda o recurso a linguagem menos própria, tal como a das comparações com o Terceiro Mundo, quando temos a Alemanha com uma situação orçamental semelhante. Devendo recordar-se que na primeira parte da década de 90, os governos de Cavaco Silva, em que participou o actual primeiro-ministro, registaram défices médios superiores a 6 por cento, tendo em 1993 sido atingido os 9 por cento e em 1991, 8 por cento, níveis incomparavelmente superiores aos agora em causa".

O Governo que cumpra as suas promessas

Mantendo uma postura responsável quanto ao futuro, Paulo Pedroso acusou "os porta-vozes do Governo, que pretendem criar outra controvérsia lesiva dos interesses do País, agora em torno do cumprimento dos objectivos orçamentais para 2002. Os dados disponíveis e públicos apontam para uma execução normal do Orçamento no primeiro trimestre deste ano. Houve, aliás, a preocupação de não adoptar quaisquer medidas que pudessem comprometer a execução orçamental durante o ano, de que se exemplifica a não realização de descongelamentos no quadro da função pública e a não utilização da dotação



provisional. Mas o Governo do dr. Durão Barroso tem a sua ocasião para expressar o que tenciona fazer nesta matéria, apresentando um Orçamento rectificativo".

"O que não é aceitável", afirmou Paulo Pedroso, "é que tentem continuamente esconder o que verdadeiramente querem para o país, através de controvérsias sobre números, refazendo permanentemente o argumento, à medida que a realidade vai sucessivamente demonstrando que o PSD não tinha razão no argumento anterior".

Segundo o porta-voz do PS, "agora é o momento de discutir o Programa do Governo. De ver o que fará esta coligação que dispõe de maioria parlamentar, facto novo nos últimos seis anos, às suas promessas eleitorais, num clima que é comprovadamente melhor do que aquele que

os seus porta-vozes, em campanha, diziam aos portugueses".

Paulo Pedroso rejeitou "polémicas orçamentais" reafirmando que a coligação não tem álibis e exortou-a a governar, a cumprir as suas promessas e a não procurar "criar artificialmente um clima para se desfazer delas".

De acordo com o ex-ministro do Trabalho e da Solidariedade, "o PS estará nos próximos dias no Parlamento para discutir o Programa de Governo PSD/CDS e as suas medidas, mas não contem connosco para colaborar na mistificação que seria discutir a execução orçamental de 2001 ou do primeiro trimestres de 2002. Não as receamos, mas cada coisa tem o seu tempo. Esperemos que, finalmente, um mês depois das eleições, possamos saber o que quer o dr. Durão Barroso para o País".



A análise da situação política, tendo como pano de fundo a discussão do programa de Governo, e a preparação do Congresso do PS foram os principais pontos da última reunião do Secretariado Nacional.

Em conferência de Imprensa, Paulo Pedroso afirmou que o Orçamento de Estado para 2002, ainda em vigor e aprovado na vigência do anterior Executivo socialista, permite a Portugal cumprir a meta de 1,8 por cento do défice no final do ano, cumprindo assim o pacto de estabilidade. No entanto, segundo o porta-voz

do PS, face ao programa do XV Governo Constitucional, "poderá ser necessário um Orçamento rectificativo para este ano, já que esse programa apresenta propostas despesistas em diversos sectores". Paulo Pedroso enunciou algumas dessas propostas dando como exemplo "a equiparação da pensão mínima ao salário mínimo nacional", ou "a livre escolha do utente em relação aos serviços médicos privados, com comparticipação estatal".

O porta-voz do PS deixou também um aviso aos partidos que suportam o Executivo para não

PROGRAMA DE GOVERNO É DESPESISTA

transformarem o debate do programa do Governo numa discussão própria de um Orçamento rectificativo. "Cada um desses debates terá o seu momento", sustentou o ex-ministro do Trabalho e da Solidariedade. Justificando o voto contra dos socialistas ao programa do Governo, Paulo Pedroso referiu que esse documento possui "marcas de direita", exemplificando com a utilização da expressão "vícios" no ponto referente a situações de pobreza extrema. Relativamente à preparação do Congresso, o SN debruçou-se sobre o processo de actualização de ficheiros, matéria que deverá ser aprovada na Comissão Nacional do próximo sábado. A proposta saída do órgão executivo do partido, é

que actualização dos ficheiros e dos dados informáticos do PS arranque no dia 30 deste mês, integrando dois contactos da direcção nacional com cada um dos militantes inscritos e um terceiro da responsabilidade da estrutura distrital à qual o militante pertence.

Se o militante não responder a nenhum desses três contactos para confirmar os seus dados pessoais (de residência, local de trabalho, entre outros), a direcção do PS terá poderes para eliminar esse membro dos ficheiros do partido. Paulo Pedroso deu ainda a notícia de que o conhecido ensaísta Eduardo Prado Coelho se tinha inscrito no Partido Socialista por proposta de Manuel Maria Carrilho e Ferro Rodrigues.

DEBATE DE APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DO GOVERNO

INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Vivemos um momento particularmente complexo para o futuro da nossa economia e da nossa sociedade com reflexos nas escolhas que o Governo e o país têm de saber fazer. O forte abrandamento económico que atingiu a generalidade das economias e, em particular aquelas cujo comportamento mais influencia a conjuntura económica não deu ainda sinais seguros de se ter invertido.

Esta evolução condiciona de forma marcante todos os indicadores económicos à escala nacional e internacional nomeadamente aqueles que se referem às contas públicas. Na zona euro a variação negativa dos saldos orçamentais de 2000 para 2001 situou-se em 1.5 pontos percentuais do PIB.

Portugal sofreu naturalmente com este agravamento da situação económica internacional e o crescimento económico ainda que positivo e ligeiramente superior à média europeia sofreu um severo abrandamento.

Da mesma forma a consolidação orçamental que se vinha fazendo ao longo da segunda metade da década de 90 sofreu uma significativa inversão fruto de um conjunto variado de razões, externas e internas que nos obrigaram a rever o nosso programa de estabilidade e crescimento.

Portugal defronta pois desafios relevantes que não são novos na nossa história recente mas que são de enorme importância para o futuro dos portugueses.

É imperioso retomar um caminho de redução sustentada do desequilíbrio orçamental ao mesmo tempo que devemos prosseguir um rumo de modernização económica e social que nos garanta a convergência com a união europeia. É este duplo desafio que o XV governo tem de saber dar resposta de forma clara e inequívoca. Porque são essas as exigências nacionais e porque foram essas as promessas que os partidos da coligação que apoia o Governo fizeram aos portugueses.

Infelizmente o programa agora apresentado não nos deixa optimistas sobre a capacidade para o fazer.

Porque ele exprime um conjunto de proposições na sua maioria vagas e imprecisas.

Onde raramente se conhecem metas ou compromissos firmes.

Onde se remete para futuros incertos aquilo que era suposto estar estudado e conhecido.

Escuda-se o Governo em surpresas dramáticas no domínio das contas públicas. Já ontem foi explicado, com pormenores, que a execução orçamental no primeiro trimestre de 2002 não é incompatível com os objectivos fixados para o défice no final deste ano.

Mas o Partido Socialista está disponível para debater a situação orçamental e para o fazer com seriedade e profundidade.

Para o fazer na defesa dos interesses nacionais, da transparência democrática e do rigor.

No entanto, não estamos disponíveis para fazer



de tal questão uma cortina de fumo que nos impeça de julgar as propostas governativas, as opções que a coligação vai conduzir em matéria política, económica e social.

A apresentação já anunciada pelo governo de um Orçamento Rectificativo para 2002 constitui, como é óbvio, o momento certo para concretizar este debate.

Pela parte do PS reafirmo solenemente o nosso empenhamento total em que Portugal cumpra as suas responsabilidades em matéria de estabilidade económica no quadro da U.E. Reafirmo que em nosso entender é possível e vantajoso que atinjamos o equilíbrio orçamental em 2004.

Reafirmo que estamos preparados para debater todas as propostas concretas que contribuam para esse objectivo.

Estamos disponíveis, como partido da oposição sério e responsável, para apoiar as medidas que se nos afigurem compatíveis com os objectivos ambicionados e que não sacrifiquem o que não pode nem deve ser sacrificado.

Não estamos disponíveis para um debate feito de forma irresponsável, ignorando os interesses nacionais, ao sabor de números soltos apresentados de forma demagógica.

Seremos uma oposição responsável ao serviço do país, representamos nesta assembleia mais de 2 milhões de eleitores, não alimentaremos debates estereis que apenas sirvam de alibis

para a falta de projectos ou para o receio do afirmar.

Programa vago

Não é o debate sobre a situação orçamental que hoje a AR tem pela frente.

É o programa do governo para a legislatura. E nele pouco se afirma, aliás, acerca da estratégia para a consolidação orçamental.

De facto, sobre a contenção da despesa pública com vista à redução do seu peso no PIB pouco se diz. Apenas se afirma a vontade de reduzir o número de institutos públicos e nem sequer

sobre a política de contratação na Administração Pública algo de claro se afirma. Nesta como em muitas outras áreas o programa de governo é mais vago que os programas eleitorais dos partidos que o apoiam. Ao contrário do que seria de supor.

Bati-me contra a pouca clareza de algumas propostas eleitorais, nomeadamente do PSD, durante a campanha. Afirmam alguns analistas que é natural que os programas eleitorais sejam vagos (tese que não perfilho). Agora, que os programas de governo sejam ainda mais vagos e imprecisos do que os programas eleitorais é algo que duvido que haja algum analista, que possa justificar.

Mas se é difícil encontrar sinais sérios de contenção em matéria orçamental, o mesmo

não se diga da abundância de intenções com claro sinal ou de redução de receita ou de aumento da despesa.

Esses sinais encontram-se na política de defesa, na área da justiça, da saúde, na Segurança Social.

Não está em causa a correcção teórica de algumas das inúmeras propostas que se traduzem em acréscimos de despesa ou diminuição de receita, mas é indispensável que, no actual contexto orçamental, se saiba quanto custam e como serão financiadas.

E não pensem que se trata de uma lista curta: mais magistrados, aumento do parque judicial, privatização do notariado, construção de novas prisões, reforço do orçamento da defesa, reequipamento das forças de segurança, incremento da acção social escolar, liberdade de escolha na saúde, introdução do tecto contributivo na Segurança Social, novas prestações sociais,....

Oposição firme e convicta

Todos desejamos contribuir para acelerar a convergência de Portugal com os níveis de desenvolvimento económico e social dos países mais avançados da União Europeia.

Existem áreas chave para que esse movimento seja cada vez mais sólido e mais sustentado. A área da qualificação dos recursos humanos, a

área da modernização da administração pública, da ciência e tecnologia.

Assim como é fundamental que essa convergência se faça igualmente no plano social, de forma progressiva mas corajosa, nomeadamente no plano do combate às situações de exclusão e de pobreza.

Estaremos abertos a contribuir para que opções que julgamos correctas e urgentes se consolidem e produzem os efeitos desejados.

Propostas que se traduzam, por exemplo, numa mobilização nacional em torno da emergência de melhorar os desempenhos na literacia e numeracia terão a nossa colaboração empenhada;

Propostas que aprofundem o enorme esforço de requalificação e reordenamento urbano que se iniciou nas cidades portuguesas contarão com o nosso empenhamento.

Propostas que aprofundem a diferenciação positiva das prestações sociais em direcção aos mais pobres e àqueles que mais contribuíram terão sempre a nossa colaboração activa.

Propostas que prossigam a enorme viragem que se produziu no nosso país na forma de olhar e tratar as vítimas da toxicod dependência contarão com o nosso contributo.

Mas seremos uma oposição firme e convicta. Combatendo opções erradas e que prejudicam seriamente Portugal e os portugueses.

Questões-chave por responder

Não é aceitável que depois de todo o debate que se travou no nosso país, depois dos compromissos assumidos nesta Assembleia o Governo assumia a posição que aqui nos traz sobre o problema dos resíduos industriais perigosos.

É grave que, contra todas as evidências científicas e contra o bom senso, se ponha em causa uma opção que deu todos os passos que lhe foram exigidos para que se comprovasse ser a mais apropriada.

Mas, mais grave ainda, é que o façam sem

apresentar de imediato uma alternativa eficaz para a resposta a este problema.

Governar é assumir opções e para quem afirmava que conhecia os problemas e possuía as respostas e as equipas, demasiadas questões ficam por responder.

No domínio das obras públicas, por exemplo, o que significa a afirmação contida no programa do governo acerca do novo Aeroporto internacional de Lisboa. Vão refazer os estudos já feitos? As avaliações já efectuadas? Vão congelar a decisão? Congelar a decisão não significa que não se inicia a obra nesta legislatura, significa, muito provavelmente que não existirá aeroporto quando ele for necessário.

Um programa de governo não pode ser uma lista de intenções que se não concretizam ou de políticas que se não assumem.

É neste programa questões chave estão por responder:

A flexibilidade laboral significa a introdução do despedimento individual sem justa causa?

Esta é uma matéria face à qual não são justificáveis delongas na resposta, estudos de avaliação ou melhor ponderação dos dados.

Que políticas de emprego propõe o Governo para que possamos assumir plenamente os ambiciosos objectivos que a União Europeia consagrou em sucessivas cimeiras, nomeadamente em Lisboa no ano 2000.

Por outro lado, se pretende o governo da coligação introduzir um novo "plafonamento" nas contribuições para a segurança social porque é que ela não é, minimamente quantificada, se, como diz o programa, o diagnóstico está feito? E quem vai compensar a perda de receitas?

E que destino vai dar o Governo ao Fundo de Capitalização da Segurança Social?

Aumento de impostos

A composição desta Assembleia, aquela que permite que estejamos hoje a discutir um

programa de uma coligação entre o PSD e o CDS, resultou de eleições democráticas em que os portugueses escolheram os seus representantes com base nas suas propostas e nos seus compromissos.

É tempo, pois, de passar essas promessas para a acção governativa. É tempo de assumir os compromissos.

Já não é tempo de campanha eleitoral.

Os senhores prometeram, fizeram disso o ponto mais marcante da campanha eleitoral, reduzir os impostos.

Não apenas no IRC para concretizar o famoso "choque", mas também prometeram baixar os impostos no IRS.

Uma promessa que diz respeito a milhões de portugueses.

Agora, no vosso programa, não se vislumbra nem quando nem como vão concretizar esse compromisso.

Tememos, na campanha eleitoral, que a contrapartida das reduções prometidas se traduziria em acréscimos do IVA.

Será que agora, do choque fiscal, vai restar apenas aquela parte que se escondeu no programa eleitoral, a do aumento de impostos e nomeadamente de um imposto socialmente cego e aqui cito um dos parceiros desta coligação o CDS-PP?

E não nos venham dizer que é a situação orçamental que não permite cumprir o que prometeram aos portugueses, já que as dificuldades que temos são decerto menores que os cenários de catástrofe que, durante a própria campanha, foram por vós propagandeados.

Quem passou a campanha a falar em défices superiores a 5 por cento não tem o direito de agora invocar uma situação orçamental muito melhor que essa para não cumprir os seus compromissos.

É tempo, meus senhores, do Governo dizer quando e como vai concretizar as "pensões mais justas", quanto custam e como as vai financiar. É tempo de dizer como e quando vão acabar com

as filas de espera da saúde, quanto custa este compromisso e como o vão financiar.

Honraremos os nossos compromissos

Formou-se, com toda a legitimidade democrática, uma maioria parlamentar de apoio ao XV Governo Constitucional.

Com ela não tem o Governo, esperamos todos, dificuldades parlamentares para aqui encontrar a força necessária para a concretização dos seus compromissos.

Pela nossa parte o Partido Socialista será uma oposição firme a este governo e a este programa.

Porque ele não é claro em muitas questões essenciais para o futuro do país.

Porque ele, onde é mais claro, dá respostas incoerentes e não sustentáveis para a construção de um país competitivo e coeso.

Seremos oposição afirmando as nossas alternativas.

Não deixando nunca de honrar o nosso compromisso de contribuir para que Portugal assumia plenamente a sua opção europeia e a sua pertença à zona euro.

Não deixando nunca de honrar o nosso compromisso perante os portugueses de construir no nosso país um modelo de desenvolvimento onde competitividade e inclusão social não sejam contraditórios, onde o emprego e a inovação, a qualificação e coesão sejam o nosso património mais rico.

Um país de progresso, tolerância e autoridade democrática e não um país de retrocesso social, com a velha mistura entre assistencialismo e autoritarismo.

O PS cumprirá o seu dever para com o país. Que ninguém duvide da nossa firmeza que é a afirmação das nossas convicções.

EDUARDO FERRO RODRIGUES

Subtítulos da responsabilidade da Redacção



REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL

A Comissão Nacional do Partido Socialista reúne-se no próximo sábado, 20 de Abril, às 10 horas, no hotel Sheraton em Lisboa, naquela que será a primeira reunião após as legislativas. Como pontos principais da ordem de trabalhos, inscrevem-se a preparação do Congresso Nacional, que deverá ficar definitivamente agendado para Novembro, e as revisões dos Estatutos, da Declaração de Princípios e do Programa.

Recorde-se que no Secretariado Nacional de 9 de Abril foram constituídos três grupos de trabalho tendo em vista a preparação do Congresso. Augusto Santos Silva ficou responsável pela elaboração do documento relativo ao processo de revisão do programa, Vitalino Canas foi designado relator da revisão dos estatutos e António Galamba ficou com a missão de coordenar o trabalho de actualização de dados relativos ao ficheiro do partido.

Presidida por Almeida Santos, a Comissão Nacional de sábado irá ainda ratificar as alterações registadas nos Estatutos do PS/Madeira, além de proceder à análise da situação política.



CLUBE DE REFLEXÃO

GRUPO DE SOCIALISTAS LANÇA "MARGEM ESQUERDA"

Chama-se "Margem Esquerda" o clube de reflexão criado no sábado, em Leiria, por cerca de cinco dezenas de militantes socialistas, cujo objectivo central é influenciar a estratégia política do partido, renovar a sua organização interna e defender os princípios orientadores de um projecto de socialismo democrático.

Rui Namorado, Strecht Ribeiro e Fonseca Ferreira são alguns dos socialistas membros deste clube de reflexão que a prazo poderá vir a assumir-se como tendência no interior do nosso partido.

Como ponto de partida elaboraram um documento apresentado e discutido em Leiria onde, no plano interno, propõem um vasto conjunto de alterações para renovar e dinamizar o PS, de que se destacam os limites máximos para membros dos diversos órgãos do partido: Secretariado (15), Comissão Política Nacional (50) e Comissão Nacional (180). E apontam para a criação de um novo órgão: um senado destinado às figuras

históricas do partido. Propõem os signatários a criação da figura estatutária do "eleitor inscrito", uma forma de dar capacidade de intervenção real aos eleitores e de ultrapassar a rigidez organizativa que "ainda hoje caracteriza os partidos e os afasta da sociedade".

O documento propõe ainda eleições primárias para a designação de candidatos a deputados, deixando os primeiros lugares da lista para a direcção nacional.

No plano doutrinário, considera-se que no PS e na esquerda portuguesa "se tem descurado a clarificação da identidade do socialismo". Por isso, e para ultrapassar esse impasse, defendem que, "hoje, é mais fácil perceber que a actualidade da ideia socialista se radica na possibilidade de o socialismo ser um horizonte qualificante da democracia e da civilização humana, para a qual a sociedade no seu todo caminhará ou não, com naturais sobressaltos e retrocessos, no quadro de um processo prolongado ainda distante do seu termo", sublinhando que "renunciar a esse horizonte é perder a identidade socialista".

Entre os valores e os princípios que querem ver de novo no centro da orientação política do PS encontra-se a ideia de que actualmente "está em causa um processo de amadurecimento social que deve contar com um importante protagonismo do Estado, mas que está muito longe de lhe ficar circunscrito".

Grandes linhas de orientação estratégica

Por isso, reafirmam que "a estatização dos meios de produção" deixou "de ser encarada como etapa necessária de uma evolução socialista". Mas alertam que "também não parece sustentável querer substituir um fundamentalismo económico de pendor estatizante, por um fundamentalismo privatizador, radicado no neoliberalismo como uma verdadeira religião do mercado".

O documento, no que respeita ao programa político, apresenta um conjunto de "grandes linhas de orientação estratégica" como "a valorização de todos os direitos humanos; o aperfeiçoamento da democracia em todas as suas dimensões; o estímulo à criatividade

individual e à inovação colectiva; a perspectiva que encara a protecção social como materialização de um direito de cidadania; a aposta na educação, na cultura e na criação artística como factores de humanização e de capacitação crítica; o incentivo às práticas cooperativas e associativas como factores de humanização endógena da sociedade; o respeito pelo equilíbrio ambiental e pelos direitos dos consumidores como limites à lógica do lucro".

No documento é dado um particular enfoque à articulação pelo Estado das "políticas laborais, de segurança social, de educação", que "valem em grande medida como vectores de dignificação das pessoas e da sociedade, como antídotos contra a exclusão, a miséria e a fome".

No que respeita à reforma do sistema político, em defesa da democracia, o documento da "Margem Esquerda" propõe que todas as reformas tenham como paradigma a "descentralização democratizante", ao mesmo tempo que questiona os círculos uninominais, defendendo a proporcionalidade.

J. C. C. B.



LIDERANÇA DA JS**JAMILA ANUNCIA RECANDIDATURA**

"Durante dois anos muito intensos trabalhámos para todos, muito particularmente com todos. Reconstruímos a JS de todos os militantes devolvendo dignidade ao exercício da militância. Organizámos administrativamente, formámos politicamente, debatemos exaustivamente todas as causas dos jovens", recordou Jamila Madeira, no discurso que proferiu no lançamento da sua recandidatura a secretária-geral da JS.

"Fomos a voz da maioridade aos 16 anos, a voz da implementação das uniões de facto entre homossexuais, a voz dos problemas da interioridade, a voz da contraceção de emergência, da educação sexual, da defesa dos homens e mulheres oprimidos pela prostituição, do flagelo das doenças infecto-contagiosas, do observatório das alterações climáticas, do direito o arrendamento em igualdade de circunstâncias, a voz da reforma fiscal justa e de esquerda, defendemos uma revisão curricular a bem dos estudantes, construímos um projecto educativo com uma geração, fomos a voz do socialismo, entre outras, todas elas construídas em debate permanente com todas as forças vivas da JS e da sociedade civil", disse.

**Solidariedade e espírito crítico**

Depois de recordar que a JS combateu lado a lado, empenhadamente, com o PS em três processos eleitorais - presidenciais, autárquicas e legislativas -, Jamila Madeira frisou que "solidariedade, espírito crítico, participação, independência, responsabilidade, modernidade, dinamismo e compromissos geracionais, entre outros, foram alguns dos ingredientes que marcaram sempre esta nossa relação com o PS e com o socialismo democrático".

Jamila Madeira sublinhou ainda que apresenta a sua recandidatura "em nome dos jovens socialistas,

de todos os jovens socialistas, mas sobretudo em nome do futuro de todos os jovens portugueses".

Eleições na JS/FAUL

O camarada Filipe Costa foi reeleito líder da Juventude Socialista da FAUL, tendo a moção por si apresentada recolhido 78 por cento dos votos, numas eleições que tiveram lugar quinta, sexta e sábado.

A moção apresentada por Filipe Costa, intitulada "Juntos com uma visão de futuro para a área urbana de Lisboa", preconiza uma estratégia

global de intervenções nesta zona.

Como exemplo, Filipe Costa - que dirigirá a JS-FAUL por mais dois anos - avançou a proposta de criação de um regime piloto na área urbana de Lisboa, que permitisse "actualizar a estrutura do Estado", ou seja, torná-lo mais flexível e próximo dos habitantes.

O adversário de Filipe Costa nesta eleição foi o camarada Rafael Lucas Pereira, que obteve 22 por cento dos votos.

Segundo Filipe Costa, o sufrágio permitiu ainda eleger os 244 delegados da JS da FAUL que estarão presentes da 8ª Convenção dos jovens

socialistas, que decorre no sábado, dia 20, em Alhandra.

De acordo com as percentagens de votos, a moção de Filipe Costa elegeu 190 delegados, enquanto a de Rafael Lucas Pereira elegeu 54.

A JS da FAUL congrega cerca de 8000 militantes, sendo a principal federação de uma juventude partidária. Os nove concelhos que a integram são Amadora, Azambuja, Cascais, Lisboa, Loures, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira.

A nível nacional, a JS conta actualmente com cerca de 54 mil militantes.

J. C. C. B.

AÇORES**PS RECEIA FIM DA SOLIDARIEDADE COM A REGIÃO**

O PS/Açores alertou que o arquipélago poderá estar "perante um ataque directo e frontal" do novo Governo da República, caso o primeiro-ministro cancele a transferência de verbas decididas pelo Executivo de António Guterres.

Em causa está um despacho conjunto dos ex-ministros das Finanças, Ordenamento do Território e Planeamento, datado de 28 de Março, ou seja nos últimos dias do Governo socialista, que prevê a transferência de cerca de 20 milhões de euros (quatro milhões de contos) destinados à reconstrução do parque habitacional do Faial e Pico.

Na eventualidade de Durão Barroso decidir cancelar a transferência, os Açores poderão assistir a uma "injusta negação da solidariedade nacional", quando está em causa "o financiamento da recuperação habitacional" das duas ilhas atingidas pelo sismo, realçou o vice-presidente do PS/Açores, Vasco Cordeiro.

O dirigente socialista afirmou que o despacho "não suscita dúvidas quanto à sua legalidade", uma vez que a decisão "se encontra no âmbito das competências do Governo e não da Assembleia da República".

Vasco Cordeiro garantiu, ainda, que várias figuras do PSD consideraram a decisão do executivo de António Guterres "ilegal e eleitoralista", o que indicia a possibilidade do novo Governo revogar o despacho.

O PS/Açores questiona os sociais-democratas e populares das ilhas sobre se apoiam ou não o Governo Regional "nos esforços para suste este acto contra o arquipélago".

**SÃO MAMEDE DE INFESTA****SECÇÃO COMEMORA 25 DE ABRIL**

A Secção de S. Mamede de Infesta, a exemplo de anos anteriores, vai realizar um jantar comemorativo do 25 de Abril, que terá lugar no próximo dia 24, pelas 20 horas, no restaurante da Igreja do Padrão da Légua.

Os camaradas que desejem participar neste jantar-convívio, que terá como orador o deputado e director do "Acção Socialista, António José Seguro, poderão fazer a sua inscrição na sede do PS ou através dos seguintes números de telefone: 22 901 17 07, 22 901 38 56, ou 91 410 71 20.

O preço é de 10 euros por pessoa.



FRANCISCO FORTUNATO

URGE REPENSAR E RENOVAR O SINDICALISMO

Dirigente da UGT, Francisco Fortunato afirma que a actual crise do sindicalismo é fruto das profundas mutações operadas nos últimos anos, e refere que, por isso, "há que repensar e renovar o sindicalismo em todas as suas esferas de acção". Por outro lado, este militante da Secção da CP e admirador de Mário Soares e Nelson Mandela aponta como positivo nos seis anos de governação socialista a política seguida nas áreas social e laboral e como negativo a cedência aos lóbis instalados.

Reinscrito no PS em 1985, depois de ter abandonado o nosso partido na década de 70 devido a profundas divergências com a política laboral então seguida, Francisco Fortunato é unanimemente reconhecido como um sindicalista nato, ocupando, entre outros, os cargos de secretário-executivo da UGT e da Tendência Sindical Socialista, coordenador da Tendência Sindical Socialista da Ferrovia e secretário-geral do Sindifer.

Particularmente atento à crise em que o sindicalismo se encontra mergulhado, salienta que ela "não diverge muito da crise da política em geral", acrescentando que "os tempos actuais mudam muito rapidamente, mas as mentalidades nem tanto".

Francisco Fortunato sublinha que "o trabalho é hoje encarado pelos mais jovens de uma forma muito diferente da geração que deu força aos sindicatos. Estes privilegiavam o emprego para toda a vida, se possível na mesma empresa, enquanto os jovens são confrontados com o emprego precário e transitório, logo pouco lhes diz os discursos sindicais quase sempre virados para uma geração mais velha, com uma forte cultura cívica e sindical - na maioria das vezes forjada nas grandes lutas travadas antes e depois do 25 de Abril -, a que paga a quota para o sindicato".

Por outro lado, adianta, "as grandes empresas onde a tradição sindical era forte reestruturaram-se ou desapareceram, levando consigo muitos dos quadros sindicais".

Francisco Fortunato refere ainda, no seu diagnóstico sobre a crise do sindicalismo, que "as novas tecnologias e, sobretudo, a Internet, tornaram as relações de trabalho diferentes, em muitos casos individualizadas, e abriram o conhecimento. Em conflitos individuais de trabalho o recurso ao advogado foi democratizado. Os sindicatos perderam



PREFERÊNCIAS

Político nacional
Mário Soares

Político estrangeiro
Nelson Mandela

Acontecimento nacional
25 de Abril

Acontecimento internacional
Independência de Timor

Livro
"O Crime do Padre Amaro"

Escritor
Eça de Queirós

Filme
"A Filha de Ryan"

Musico
Wagner

assim espaço como única fonte de informação e defesa".

Quanto ao futuro do sindicalismo, Francisco Fortunato afirma que é necessário "mudar, mudar muito mais do que aquilo que qualquer um de nós pode pensar", ou seja, "repensar o sindicalismo em tudo, desde a atitude face a novas leis do trabalho até aos serviços que os sindicatos devem prestar aos seus associados e apostar fortemente na informação 'on-line' através da Internet".

Tabus, ideias e dirigentes

Este militante da Secção da CP considera ainda que "os sindicatos devem aprofundar a discussão com os governos e os empresários sobre quaisquer temas e sem tabus". É que, frisa, "o que não se quer discutir, porque é conquista irreversível, acaba sempre por aparecer de forma subterrânea no mercado de trabalho".

No entanto, alerta, "só haverá êxito se novos trabalhadores, de todos os sectores de actividade, forem ganhos para a causa nobre do sindicalismo, proporcionando a renovação de ideias e dos actuais dirigentes".

Particularmente atento à vida político-partidária, este sindicalista socialista elege como "claramente positivo" nos seis anos de governos do PS a luta

pela libertação de Timor e as medidas na área social e laboral - luta pelo pleno emprego, aumento do poder de compra dos trabalhadores, apoio activo aos mais desfavorecidos -, o que contribuiu para "diminuir as grandes tensões sociais que existiam no tempo dos governos de Cavaco Silva".

De negativo na governação socialista aponta "a cedência aos lóbis instalados" e a forma como "foram feitas as diversas remodelações governamentais".

Quanto aos resultados eleitorais obtidos pelo nosso partido nas últimas legislativas, Francisco Fortunato refere que, dadas as circunstâncias em que o PS foi obrigado a disputar a campanha eleitoral, "não os podemos considerar como totalmente negativos".

Sobre Ferro Rodrigues, afirma que "tem todas as condições para liderar o partido numa oposição responsável mas firme face ao novo Governo, sem cedências à direita".

No entanto, sublinha, "é também necessário que os principais derrotados do partido, nas últimas autárquicas, não se ponham em bicos de pé a apontarem novos bons secretários-gerais ou a sonharem com a Presidência da República. Um retiro sabático, para esses, não seria mau. Alguma humildade faz sempre bem".

J. C. CASTELO BRANCO

PARABÉNS PS

Para assinalar os 29 anos do partido, realiza-se na próxima sexta-feira, 19 de Abril, às 17.30 horas, na sede nacional, no Largo do Rato, uma cerimónia simples para a qual foram convidados todos aqueles que se inscreveram no PS desde as últimas eleições, a que se juntarão fundadores do partido. No final, o secretário-geral fará uma intervenção de boas-vindas aos novos aderentes. O "Acção Socialista" foi conhecer alguns desses novos militantes, saber das suas expectativas, e recordar com fundadores histórias marcantes do nascimento do PS, o grande espaço de liberdade e justiça social no nosso país.



Guilherme Leite, 45 anos, actor, conhecido do grande público pela sua participação em programas televisivos de grande audiência, é um dos novos rostos da família socialista. Inscrito na Secção de Cercal do Alentejo, Guilherme Leite refere que esta foi a "altura certa" para aderir ao PS, acrescentando que nesta difícil conjuntura "não podia estar tão acomodado". Para além de que, sublinha, "sou um homem de esquerda".

O conhecido actor afirma-se ainda "disposto a colaborar em tudo o que for preciso, nomeadamente na área da cultura e dos espectáculos". Ana Rita Romão Melo, 20 anos, estudante do 1º ano da Faculdade de Direito da Universidade Independente, refere que aderiu ao PS porque se "identifica plenamente com os ideais do PS" e gosta particularmente da liderança de Ferro Rodrigues. "Gosto das suas ideias, do seu discurso, da sua competência e seriedade", afirma. Além disso, adianta, "já estava inscrita na JS".

Esta nova camarada afirma ainda que vai "militar activamente nas estruturas do partido e votar para todos os órgãos".

Entre as muitas centenas de universitários que aderiram ao PS nos últimos tempos, conta-se também Ana Augusta Pereira Sousa, 22 anos, estudante de Língua e Literaturas Modernas na Universidade Clássica do Porto.

Natural de Milheirós de Poiares, onde nas últimas eleições integrou uma lista do PS para a Junta local, Ana Augusta Pereira Sousa aponta duas razões principais para a sua inscrição no PS: "Interesso-me por política e desejo intervir politicamente". "Identifiquei-me sempre desde muito nova com o PS, o meu pai é socialista", afirma. Já antes, revela, "tinha participado em acções de campanha do PS".

Esta estudante de Línguas e Literaturas Modernas espera contribuir com a sua militância activa para "criar uma JS mais forte em Milheirós", através de um trabalho político com os jovens socialistas locais que crie condições "para termos uma sede".

Afirmando-se "entusiasmada com a sua nova condição de militante, considera que na actual conjuntura "o PS tem de ser uma oposição diferente, que marque a agenda política com temas de esquerda e fracturantes como o aborto e a regionalização".

Coordenadora do núcleo da JS do Fundão e presidente da Comissão Política Distrital da Federação da JS, Berta Sofia Nunes Oliveira, obviamente, inscreveu-se no PS, depois de dez anos de militância na organização juvenil do partido.

Licenciada em Serviço Social, 28 anos, quer colaborar no rejuvenescimento do PS/Fundão, estrutura que, na sua opinião, "precisa de caras novas, novas ideias, novos projectos".

Sérgio Manuel Murteira Cirino, 31 anos, advogado, um dos mais novos membros da Secção de S. Maria da Feira, afirma que se inscreveu no nosso partido, porque se "identifica plenamente com os valores do PS". Este novo militante, que se afirma preocupado com a crise do sistema político, espera que "o PS se renove, nas estruturas e nos órgãos dirigentes, que haja mais sangue novo, numa síntese harmoniosa entre os mais velhos e os mais novos".

Ainda na área do Direito, a Secção de Odivelas

viu entrar recentemente nas suas fileiras Vanessa Carla Marques Porto, 25 anos, advogada, que revela que na actual conjuntura se sentiu motivada a "participar mais activamente", inscrevendo-se logicamente no PS, dadas as "afinidades ideológicas".

"Espero poder dar o meu contributo participando em acções em que possa ser útil", afirma.

Na Secção de campo de Ourique, Eduardo Luís Miranda Pereira, 30 anos, director financeiro, é uma das muitos rostos que se inscreveram recentemente nesta estrutura.

"Inscrevi-me porque, entre outros aspectos, há um conjunto de objectivos concretos que me foram apresentados nesta Secção, para os quais estou disponível para dar o meu contributo empenhado", afirma, acrescentando que as expectativas futuras são boas, "tendo em conta o trabalho desenvolvido pela Secção de Campo de Ourique em várias áreas".

Bad Münsteriefel MEMÓRIAS DE UM IDEAL

Foi numa pequena localidade alemã que 27 delegados votaram com a solenidade própria do momento e a responsabilidade presentida a criação do PS.

O "Acção Socialista" foi à procura de memórias que o tempo não apaga, marcas indelévels na história do PS e no espírito dos fundadores do que hoje é uma grande família de valores e ideias firmes.

Há cerca de três décadas discutia-se, além

fronteiras, se a Acção Socialista Portuguesa devia ou não transformar-se em partido. Quem assistiu ao processo garante que "não faltavam razões para grande contentamento". É que o sonho acalentado desde os anos trinta estava prestes a concretizar-se com a (re)fundação do PS.

Organizações e dissoluções sucederam-se ao longo dos anos desde a queda, em 1875, do partido fundado por Gneco e Fontana. Foram formações políticas efémeras, mas onde as acções de resistência e luta contra a ditadura mantiveram viva a chama do socialismo.

O camarada José Neves conta como todas "as circunstâncias (em 1973) apontavam para a constituição de uma organização política em que parte da sua direcção deveria ficar sediada no estrangeiro e fora do alcance da repressão".

Todavia, "se é certo que a história relata situações de exílio que resvalaram no entorpecimento de líderes políticos", José Neves garante que no caso de Ramos da Costa, Tito de Morais e Mário Soares "sucedeu que a sua intensa actividade política em vários países europeus foi a chave para abrir novos espaços de intervenção" e combate ao regime de Oliveira Salazar a nível internacional.

A 19 de Abril de 1973, em Bad Münsteriefel, os delegados socialistas encontraram-se "em representação dos militantes residentes em Portugal e em vários outros estados europeus". "Foi uma reunião clandestina, longe dos perseguidores da polícia política, sob os



auspícios da Fundação Frederich Hebert, então presidida pelo saudoso camarada e grande amigo Willy Brandt”, recorda José Neves, que descreve o acto da votação como uma “ocasião solene”, fruto da responsabilidade histórica de um movimento político com um passado rico e do peso da decisão que ia ser tomada, “não aos sabor da conjuntura, mas por imperativos de luta e no interesse de Portugal”.

José Neves não esquece como cada um dos deputados exprimia o seu voto e como, por fim, o resultado final se saldara na decisão favorável à criação do PS por maioria de 20 contra sete – “estes apenas por discordarem com a oportunidade mas a favor do princípio”, ressalva.

Deslumbramento

Aquele final de tarde ficou na memória e na retina de todos, pelo momento político que estavam a testemunhar e pelo espectáculo que a natureza lhes oferecia.

José Neves confessou-se “deslumbrado” pelo nevão a que assistiu “para lá das rasgadas janelas da confortável sala da FFH. A “suave e ininterrupta queda de farrapos de neve” daquele entardecer fazia crer que “a natureza queria proporcionar um acréscimo de satisfação aos sentimentos que nos envolviam”, confidencia Neves, numa confissão partilhada por outros fundadores, como Alberto Arons de Carvalho.

“A maior parte de nós estava, claramente, habituada a ver nevar”, esclarece Arons, lembrando que, sentado à mesa, por uma vez teve de interromper a reunião para apreciar “a deslumbrante vista de uma encosta verdejante” a cobrir-se de branco.

Arons de Carvalho recorda também as instalações onde ficara, após ter ido visitar o pai, exilado em Paris, e ter passado uns dias em casa de uma amiga de Colónia”.

“Estávamos optimamente instalados”, conta, comparando o edifício da Fundação a um “centro de estágio para desportistas”, cómodo funcional e, “ainda por cima, com eficácia alemã”.

O camarada Arons fala também “dos cuidados conspirativos” tomados para anunciar à Imprensa estrangeira – uma vez que a portuguesa estava sob censura – que o Congresso se realizaria em Maio.

“O anúncio foi feito mais tarde, em Junho, para que a indicação da data precisa não fosse utilizadas pela PIDE/DGS para verificar as saídas dos nossos camaradas, através das fichas deixadas obrigatoriamente nas fronteiras e nos aeroportos”, reporta Arons de Carvalho.

Este e muitos outros episódios estiveram ligados às medidas preventivas contra a perseguição da polícia política.

Os delegados do interior do País tiveram de viajar para a Alemanha em dias diferentes e fazendo escalas igualmente desencontradas, em diversas capitais europeias para despistar os esbirros do Estado Novo.

Imprevistos

O camarada António Arnaut não esquece como foi a turbulenta viagem de Coimbra para Lisboa. Tendo a companhia de Fernando Valle na travessia até Zurique, ambos se deslocaram para o aeroporto da Portela no carro de Arnaut. Tudo corria como planeado até que, à saída da antiga estrada de Tomar, “aconteceu um acidente”.

“Uma mulher veio contra nós deixando-nos sem automóvel”, lembra Arnaut, explicando que Valle, ficara ligeiramente ferido, pelo que ainda teve de ir fazer um curativo antes de retomarem a viagem num taxi até Lisboa, depois de abandonarem o veículo aos cuidados de um cidadão desconhecido. Tudo porque, mesmo tendo a razão do seu lado, não poderiam contar com a protecção e mediação policial naquele sinistro.

Apesar dos atribulados atrasos. Fernando Valle e António Arnaut chegaram a tempo de apanhar o avião para a Alemanha.

Diferente foi a sorte de mais de uma dúzia de delegados de Coimbra, Viseu, Porto e Aveiro. As passagens aéreas destes camaradas deveriam ser entregues por António Campos e Mário Cadete.

No dia marcado, Campos e Cadete encontraram-se em Oliveira do Hospital para procederem à divisão de tarefas e alarmados por um grito, foram confrontados com o atropelamento do filho do primeiro, que com apenas cinco anos, lutou entre a vida e a morte durante 15 dias.

Cadete permaneceu no Hospital de Coimbra ao lado de Campos, razão pela qual os bilhetes não foram distribuídos, tornando impossível, assim, a viagens de muitos delegados do Norte do País.

Humor clandestino

Mas nem todas as “viagens” nos foram desfavoráveis naqueles conturbados dias. António Arnaut refere, a título anedótico, a forma como entrou em Portugal a primeira vintena de programas do partido.

Na fronteira de Tuy, na tentativa de evadir a fiscalização policial das bagagens, Arnaut e António Macedo delegaram nas respectivas esposas a “missão” de fazer passar os documentos de forma camuflada.

“As senhoras, que na altura, gozavam de uma certa imunidade policial”, fizeram passar os documentos clandestinos escondidos no peito, que de súbito “engordara de forma farta”.

É também o camarada Arnaut que, mais uma vez em tom humorístico, recorda como teve de ser ele a redigir e dactilografar a acta da fundação do PS porque, “sendo um advogado de província sabia manusear a máquina de escrever”, habilitação essa de que não sentiam necessidade os juristas da capital.

E foi igualmente na sessão da refundação do Partido Socialista que, Fernando Valle, hoje presidente honorário do PS, ao presidir aos trabalhos, dirigiu-se aos delegados chamando-os “irmãos” em vez de “camaradas”, numa ocorrência que, sendo um lapso, inspira duas interpretações: espelha a fraternidade e a solidariedade sentida por todos e também a influência da sua ligação maçónica”, como explica Arons de Carvalho.

Fundado o partido chega, em Maio de 73, a realização do primeiro comício, em Paris, para debater “a luta contra o colonialismo”.

O camarada Rodolfo Crespo narra, com a memória fresca da ansiedade vivida, como a angústia se apoderou do espírito dos organizadores deste primeiro evento político do PS, onde seriam oradores François Mitterrand e Mário Soares.

“E se não conseguíssemos uma boa sala? E se a sala estivesse às moscas? Pegámos nos cartazes que os nossos colegas franceses imprimiram e fomos colá-los clandestinamente nas zonas onde havia emigrantes portugueses”, conta Crespo, acrescentando que “tudo foi feito clandestinamente porque os estrangeiros em França não podiam fazer política, tornando-se assim “clandestinos numa terra de liberdade”.

“Uns vigiavam as esquinas, outros colavam os cartazes. Sentiamo-nos mais perto dos camaradas do interior”, recorda, procurando na memória as palpitações cardíacas que quase se ouviram.

Apesar dos receios de Rodolfo Crespo e outros camaradas, gentes não faltaram. “Até o Piteira Santos veio da Argélia. A sala estava cheia, havia mesmo gente de pé”.

“O Partido existia. No dia seguinte tivemos direito a uma nota no prestigiado jornal *Le Monde*. Estava lançada mais uma pedra – o edifício havia de construir-se”, recorda Crespo, para quem, naqueles dias de 1973, os socialistas eram “animados o desejo de lutar pela instauração de um regime de liberdade”.

“Nada queríamos para nós, tudo era ideal”.

MÁRIO RODRIGUES
J. C. CASTELO BRANCO

MÉDIO ORIENTE

CORRENTE HUMANA PELA PALESTINA

Um cordão humano ligou a delegação de Lisboa das Nações Unidas e a embaixada de Israel, numa iniciativa de solidariedade para com o povo palestino.

A praça diante da Maternidade Alfredo da Costa, onde há três anos decorreram vigílias por Timor, serviu de cenário para centenas de cidadãos de vários quadrantes políticos manifestarem repúdio pela reocupação militar israelita.

O protesto contra a violência exercida sobre os palestinianos começou às 17 horas de sexta-feira, em Lisboa, congregando figuras notáveis do PS como Mário Soares, Helena Roseta, Manuel Alegre, João Cravinho, Francisco Assis e Maria de Belém, entre outros.

Os socialistas não quiseram deixar de estar presentes no acto de entrega, na ONU, de um abaixo-assinado onde se exige que a organização internacional "passe das palavras aos actos, enviando urgentemente para a região uma força de restauração da paz, que permita salvar a única solução viável para o conflito: dois povos, dois Estados".

Segundo o ex-presidente Mário Soares, esta iniciativa mostra a preocupação crescente da comunidade internacional "em saber o que se passa em Israel e salvar os palestinianos". Trata-se, acima de tudo, de "uma acção moral".



"Um corpo de interposição [da ONU] é a única coisa que pode levar à paz" no Médio Oriente, defendeu Soares, adiantando que a União Europeia deve decretar sanções contra o Governo de Ariel Sharon.

"Apoiámos uma resolução no Parlamento Europeu para suspender o acordo com Israel", afirmou. Empunhando cartazes, bandeiras palestinianas e faixas em que se liam frases como "Palestina Livre" ou "Sharon terrorista", os manifestantes

gritavam "ONU, ONU, onde estás tu?" e "Aguenta, Arafat, não desistas do combate". Os manifestantes denunciaram que "a presente agressão (israelita sobre os territórios autónomos palestinianos, iniciada a 28 de Março último) excede largamente o argumento invocado da «luta contra o terrorismo»".

Esta foi a quarta manifestação em duas semanas contra a intervenção militar israelita nos territórios palestinianos a realizar-se em Lisboa.

"Paz Sim, Guerra Não!" era outro dos *slogans* gritados a viva voz junto ao edifício das Nações Unidas, trazendo à memória as marchas em defesa da autodeterminação do povo maubere.

"Timor venceu, Palestina vencerá", foi outro dos *slogans* mais ouvidos, por coincidência, na véspera das primeiras eleições presidenciais timorenses.

"Estivemos aqui [em frente à ONU] por Timor e pelas mesmas razões", comentou o deputado socialista Manuel Alegre.

"Trata-se do mesmo direito, que é o direito de um povo ao seu próprio Estado", considerou. Alegre não tem dúvidas: "A Europa está muito passiva. A União Europeia deveria impor sanções a Israel e reagir com mais autonomia" em relação à Administração norte-americana.

"Estamos a ver um Exército contra pessoas indefesas. Nada disto aconteceria sem a cumplicidade dos EUA", disse o parlamentar do PS.

No final do encontro, Helena Roseta anunciou aos manifestantes que fora recebida pela representante da ONU em Lisboa, Maria Costa Pinto, que garantiu que o secretário-geral, Kofi Annan, estaria "em negociações com o Conselho de Segurança para a formação de uma força multilateral".

Annan solicitou, na sexta-feira, ao Conselho de Segurança que avaliasse essa possibilidade, porém, os Estados Unidos e Israel, assim como países aliados destes estados, não o aceitaram ou expressaram dúvidas.

M.R.

TIMOR-LESTE

XANANA PRESIDENTE

O primeiro Presidente da República Democrática de Timor Leste chama-se Xanana Gusmão. A certeza da eleição líder histórico da resistência maubere foi apurada depois de serem divulgados, na passada terça-feira, os resultados finais de Bobonaro, Ermera, Manufahi, Manatuto e Oecusse, escrutinados pela Comissão Eleitoral Independente (CEI).

O ex-resistente à ocupação indonésia do território maubere conseguiu 82,3 por cento dos votos numa altura em que apenas faltava apurar os resultados do segundo distrito do território, Baucau.

Quando estavam contabilizados 85,90 por cento dos votos e eram conhecidos os resultados de 12 dos 13 distritos de Timor-Leste, Xanana Gusmão conseguia 267.615 votos, ou 85,9 por cento, contra os 57.546 votos, ou 17,70 por cento, de Xavier do Amaral.

No discurso da vitória, o Presidente eleito Xanana Gusmão garantiu que apesar de "pequenas diferenças saudáveis", está "unido" ao ministro-chefe, Mari Alkatiri, por partilharem o mesmo objectivo, servir os interesses do povo de Timor-Leste.

"Afirmámos as diferenças que existem, mas o nosso compromisso é servir o povo. Os interesses nacionais estarão na base das nossas relações", disse, cerca de três horas depois do anúncio oficial dos resultados que lhe deram a vitória nas eleições.

Falando aos jornalistas em Díli, Xanana salientou que divergências do passado com o maior partido político timorense, a FRETILIN, que lidera o Governo, vão desaparecer no quadro da independência.

"Nós não estávamos absolutamente unidos. Estávamos unidos em termos de vontade do objectivo comum, da independência, mas talvez não em termos da nossa vida política, das nossas estratégias e táticas", considerou.

"Mas posso dizer-vos que agora, na fase da independência, estamos unidos num único objectivo: servir os interesses do nosso povo. E as pequenas diferenças acabam por ser maneiras saudáveis de promover o envolvimento e participação da sociedade", disse.

Apostando numa "presidência aberta", Xanana Gusmão pretende cumprir a promessa que deixou na campanha de dedicar "70 por cento do seu tempo a ajudar a população a pensar, a reagir, a contribuir, a trabalhar".

Reiterando essa vontade, afirmou pretender ir de encontro ao povo, avaliar as suas necessidades e garantir que os programas do governo são implementados de acordo com as prioridades e necessidades nacionais.

Sampaio saúda Xanana

O Presidente da República, Jorge Sampaio,



saudou o seu homólogo timorense pela vitória nas eleições presidenciais de domingo, reiterando o empenho de Portugal em continuar a apoiar Timor-Leste.

"Em nome do povo português e no meu próprio, quero dirigir-lhe, senhor Presidente e caro amigo, calorosas felicitações e votos de êxito no desempenho das altas funções que foi chamado a desempenhar pelo povo timorense", lê-se na mensagem de Sampaio, datada de terça-feira.

"Neste momento de consagração, permita-me que lhe preste, senhor Presidente, a

homenagem dos portugueses por uma luta de décadas pela liberdade do povo timorense", escreve o chefe de Estado português.

Na mensagem, endereçada ao "Presidente eleito de Timor-Leste", Jorge Sampaio alude ao resultado eleitoral que demonstra, "de forma clara e inequívoca, a confiança que os timorenses colocam" em Xanana Gusmão "como primeiro garante da construção de um estado independente e soberano, assente em instituições democráticas e nos valores da liberdade e da tolerância".

MARY RODRIGUES

CONGRESSO ANMP

SAMPAIO DEFENDE MAIS DESCENTRALIZAÇÃO

Jorge Sampaio defendeu mais descentralização, cooperação e inovação, na sessão de encerramento do XIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), tendo o presidente cessante desta associação, Mário de Almeida, lançado um aviso ao novo Governo de direita: “Não toquem na Lei das Finanças Locais.”

Na sua intervenção, o Presidente da República exortou os autarcas a apostar na inovação, rigor e imaginação como forma de superarem os enormes desafios que se colocam aos municípios.

“Pode-se escolher a rotina, a facilidade, o conformismo ou apostar na inovação, no rigor e na imaginação”, disse.

A curto prazo, afirmou, “a rotina, o conformismo parecem mais remuneradores. Têm por eles os interesses instalados. Não beliscam nenhum lóbi”, no entanto, a médio e longo prazo, asseverou, “a inovação combinada com o rigor e com a imaginação originam mais rendimentos. Aumentam a riqueza local”. Por outro lado, Jorge Sampaio considerou “oportuno e vantajoso retomar uma dinâmica descentralizadora”, sublinhando, no entanto, que se os autarcas querem uma descentralização efectiva têm de assumir novas responsabilidades, lançarem-se a novas políticas que não podem apenas passar pelas infra-estruturas básicas ou alcatroamento de vias.

Existindo ainda uma forte desigualdade entre o Poder Central e os municípios, tanto em recursos como em competências, o Presidente da República lembrou que a descentralização permitirá “criar condições mais favoráveis para que os conjuntos socioterritoriais locais sejam capazes de gerir capazmente estratégias de valorização das suas potencialidades”. A cooperação entre municípios foi outra das questões abordada pelo Presidente da República.

“Importa constituir estímulos fortes e permanentes à cooperação intermunicipal”, frisou.

Só assim, adiantou, será possível não só



racionalizar modelos de gestão, como equipamentos locais.

Lei-Quadro da cooperação intermunicipal

Jorge Sampaio sugeriu ainda à ANMP a elaboração de um estudo que servisse de base à elaboração de uma Lei-Quadro da cooperação intermunicipal.

“Aprever-me-ia mesmo a sugerir à ANMP que convidasse uma equipa pluridisciplinar a proceder a um levantamento e análise crítica. Esse estudo poderia vir a servir de base à elaboração de uma Lei-Quadro da cooperação intermunicipal que tão necessária me parece”, frisou.

Defendendo que a associação de municípios possibilita a “especialização de cada um e a complementaridade do conjunto”, o Presidente da República referiu ainda que a cooperação intermunicipal será também uma forma de aumentar a capacidade técnica de cada um dos municípios.

Jorge Sampaio lembrou ainda a responsabilidade que, na sua opinião, recai sobre os autarcas: “Os autarcas vão cooperar, descentralizar, integrar,

qualificar o território e as pessoas. Se assim não for, os atingidos não serão apenas os municípios. O país inteiro ficará para trás”.

Não toquem na Lei das Finanças Locais

Entretanto, na sessão de abertura do Congresso, o presidente cessante da ANMP, o socialista Mário de Almeida, lançou um aviso ao novo Governo de direita: “Ninguém toque na Lei das Finanças Locais, pois isso prejudicará todos os portugueses”.

“Que ninguém lhe toque a não ser para aumentar as transferências”, acrescentou o edil socialista de Vila do Conde.

A possibilidade de os municípios poderem ver reduzidas as transferências da Administração Central e as declarações da ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, que ainda antes de ser empossada já alinhara as autarquias nos sectores que mais contribuem para a despesa, foram a tónica dominante do discurso de Mário de Almeida, presidente da ANMP há 12 anos, que foi substituído no lugar pelo social-democrata Fernando Ruas.

Salientando que só por “má-fé” é que se pode aplicar os termos despesismo e

desperdício à actividade das autarquias, o autarca de Vila do Conde lembrou a “contenção que é vivida pelos municípios” há muitos anos.

“Se a Lei das Finanças Locais tivesse sido aplicada em 1992 e 1993, hoje estaríamos a receber mais. Estamos é a ser prejudicados. Ainda estamos a pagar o que aconteceu nesses anos”, disse, acrescentando que se houver qualquer alteração à Lei das Finanças Locais quem é prejudicado não são os autarcas, mas “todos os portugueses”.

A questão do endividamento das autarquias, foi outro dos pontos abordados por Mário de Almeida, que disse não lhe parecer justo que o grande problema da convergência seja o endividamento.

O presidente da Câmara de Vila do Conde lembrou, a propósito, que as autarquias só recorrem a este método por não terem verbas e que o endividamento dos municípios apenas corresponde a dois por cento da dívida pública.

Aliás, para Mário de Almeida, o novo Governo parece estar “mais preocupado com esses dois por cento, do que com os restantes 98”.

J. C. CASTELO BRANCO

PODER LOCAL

ALMEIDA SANTOS DEFENDE MAIS PROXIMIDADE

Uma "relação de proximidade" é fundamental para o processo de transição de uma democracia representativa para uma democracia directa. Foi esta a ideia deixada pelo ex-presidente da Assembleia da República no colóquio "O poder local em tempo de globalização".

Reforçar a participação das autarquias numa altura em que se assiste ao desvanecer das várias fronteiras mundiais, foi outra das principais ideias saídas do evento, realizado em Coimbra.

Promovido pelo Instituto de História Económica

e Social e pelo Centro de História, Sociedade e Cultura da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a sessão de encerramento contou com a presença de Almeida Santos

"A mesma lógica que leva ao aparecimento de órgãos mundiais de decisão, com esvaziamento de alguns nacionais e regionais, conduz à conclusão que iremos assistir a uma progressiva revalorização dos órgãos locais", defendeu o presidente do PS.

Pelo colóquio, em cuja sessão de abertura marcou



presença o Presidente da República, Jorge Sampaio, desfilaram intervenções de especialistas em História e Ciência Política, entre os quais Henry Teune (Filadélfia, EUA) e Harald Baldersheim (Oslo, Noruega), dois especialistas mundiais em poder local.

"Estão actualmente e trabalhar no terreno,

entrevistando diversos líderes locais, pesquisando novas formas de governo local", explicou Taveira da Fonseca, da organização, adiantando que, com a globalização, "o desvanecer das fronteiras deve corresponder a um reforço dos poderes periféricos e locais", concluiu.

M.R.

VALE DO CÔA

ESPECIALISTAS DEBATEM TURISMO CIENTÍFICO E PATRIMÓNIO

O concelho da Meda, distrito da Guarda, vai acolher, nos próximos dias 20 e 25, as I Jornadas Internacionais de Promoção do Turismo Científico e do Património do Vale do Côa, um evento tornado possível pela decisão de preservar o acervo histórico e cultural de Foz Côa tomada e assumida pelo Governo socialista de António Guterres.

Trata-se de uma iniciativa conjunta da Liga dos Amigos de Conímbriga, da Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão (Foz

Côa), da Associação de Desenvolvimento de Cidadelhe (Pinhel), do Centro Nacional de Arte Rupestre e do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Arqueólogos, investigadores, cientistas, historiadores, operadores turísticos, jornalistas e empresários, entre outros, vindos de Espanha, Itália, França, Suíça e América Latina, para além de vários portugueses, propõem-se "dar a conhecer, valorizar e promover todo o património cultural e natural do Vale do Côa no âmbito do

chamado turismo científico". As jornadas visam também contribuir para a divulgação de "valiosos trabalhos nacionais e internacionais", abordando temas como a arte rupestre, a Pré-História e a Proto-História, mas também as civilizações clássicas e a Idade Média, como o tratamento de "sítios e monumentos, paisagens humanizadas e naturais". Assim, o programa deste evento está organizado em quatro secções, onde são abordados os temas "Arte rupestre", "Iconografia e simbolismo nas

culturas da Pré-História e da Proto-História", "Iconografia e simbolismo nas civilizações clássicas" e "Iconografia e simbolismo na Idade Média".

Mostrar aos empresários portugueses que "não vale só a pena investir no litoral, mas que na área do turismo a região do Côa tem grandes possibilidades", constitui também um dos objectos das Jornadas, de que vai resultar a elaboração de um Roteiro do Turismo Científico do Vale do Côa.

PATRIMÓNIO MUNDIAL

PAISAGEM DO PICO PASSOU À SEGUNDA FASE

O secretário regional do Ambiente, Hélder Silva anunciou que a paisagem da cultura da vinha da ilha açoriana do Pico ficou entre as 26 candidaturas a património mundial seleccionadas na última semana numa reunião em Paris de responsáveis da UNESCO.

O governante frisou que a passagem à segunda fase de análise da candidatura escolhida por Portugal para integrar a lista do património mundial representa um indicio de que há "fortes hipóteses de ser aprovada".

Para análise pelos responsáveis da UNESCO apresentaram-se 50 candidaturas propostas a nível mundial, passando 26 à fase seguinte. Ultrapassada esta fase, as várias candidaturas serão objecto de avaliação técnica e pareceres diversos necessários a uma decisão final, que só em 2003 será assumida.

Com a candidatura portuguesa passaram à fase seguinte duas "opositoras" no processo - regiões vitivinícolas da Turquia e da Alemanha. A zona da Paisagem da Cultura da Vinha do Pico é a parcela mais representativa e bem



conservada de toda a zona vitivinícola da ilha, ocupando uma área de 154 hectares que integra os "lagidos" da Criação Velha e de Santa Luzia. A sua escolha como candidatura portuguesa foi também justificada pelo facto de "constituir uma excelente representação do desenho evolutivo da paisagem e da conservação da memória".

Ao propor a sua integração na lista do Património Mundial, Portugal projecta a conservação dos "antigos currais de pedra e uma homenagem ao homem do Pico, que ao

longo dos anos transformou a pedra basáltica em sustento sem no entanto quebrar o equilíbrio com a natureza".

Continuar reconstrução mesmo sem ajudas de Lisboa

Entretanto, a continuação das obras de reconstrução nas ilhas atingidas pelo sismo de 1998, foi assegurada mesmo que o novo Governo de direita revogue um despacho prevendo a transferência de ajudas de Lisboa. A garantia foi dada, pelo secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

"Nós não acreditamos que haja essa irresponsabilidade, essa falta de compromisso ou de solidariedade com os Açores", declarou José Contente, na terça-feira, referindo-se à existência de eventuais dúvidas sobre a concretização da transferência de 20 milhões de euros (quatro milhões de contos) para a região, prevista num despacho assinado pelo ex-primeiro-ministro António Guterres.

Porque o processo de reconstrução é "complexo e envolve avultadas verbas" que não dispensa a "solidariedade nacional", José Contente considerou "pouco provável" que o Executivo de Durão Barroso suspenda a ajuda decidida pelo seu antecessor.

Alegou que o Governo dos Açores e o gabinete de Guterres "pagaram também milhões de contos de dívidas dos anteriores governos do PSD, incluindo 12 milhões de contos da reconstrução do sismo da Terceira".

O secretário regional disse ainda que se não houver problemas de financiamento, o processo de reconstrução das ilhas atingidas pelo sismo de há cinco anos - Faial, Pico e S. Jorge - avaliado em 175 milhões de euros (35 milhões de contos), ficará concluído em 2004. Recorde-se que o sismo de 1998 danificou 70 por cento do parque habitacional do Faial e 30 por cento do Pico, destruindo ainda diversos equipamentos, como estradas, pontes, aquedutos, muros e condutas de água.

M.R.

SAÚDE E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

PE DEBATE DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO

A protecção da saúde das mulheres na União Europeia (UE) passa pelo acesso à interrupção voluntária da gravidez (IVG) legal e segura. A descriminalização do aborto volta à ordem do dia no Parlamento Europeu, que ontem discutiu o relatório "Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos", um delicado documento avançado pela socialista belga Anne Van Lancker e que foi avaliado pela sensibilidade ideológica de 626 eurodeputados.

O relatório, que advoga a favor de uma série de mecanismos destinados a promover a saúde das mulheres na Europa dos Quinze, abrange questões relacionadas com a contracepção, gravidez indesejada e educação sexual.

A proposta, discutida em sede da Comissão Parlamentar dos Direitos da Mulher, sugere ainda a aposta numa educação sexual precoce, a distribuição de contraceptivos a título gratuito ou a baixos preços e a vulgarização da contracepção de emergência como solução de recurso.

Apesar de rejeitar a prática da IVG "como método de planeamento familiar", o relatório que esteve em cima da mesa do hemiciclo de Bruxelas propõe que o aborto seja "legal, seguro e acessível a todas as mulheres" e sugere que "os Estados-membros se abstenham, em quaisquer circunstâncias, de agir judicialmente contra mulheres que tenham efectuado um aborto ilegal".

A eurodeputada socialista apoia-se em dados que dão conta de uma diminuição do número de abortos nos países que combinam "uma legislação muito liberal em relação à interrupção da gravidez com uma educação sexual eficaz, serviços de apoio familiar de alta qualidade e a disponibilização de uma vasta gama de contraceptivos".

As medidas propostas destinam-se aos Quinze, mas também aos países candidatos ao alargamento.

Um dos alvos mais visados no relatório é a juventude, aconselhando-se os executivos comunitários a fazerem um esforço no sentido da democratização do acesso precoce aos meios preventivos da gravidez.

Os governos dos países-membros são instados a disponibilizar contraceptivos "gratuitamente" ou "a baixo preço", sobretudo aos "jovens social e economicamente excluídos".

A contracepção de emergência deve ser "promovida" e facultada a custo comportável como prática a seguir no âmbito dos cuidados de saúde.

Neste contexto, o documento sublinha ainda a



necessidade de criação de centros de saúde sexual e reprodutiva acessíveis à bolsa dos adolescentes, que ministrem desde "cedo" uma formação nesta área. Mas Anne Van Lancker faz da eliminação das disparidades existentes entre os diferentes países da União, no que aos direitos sexuais e reprodutivos diz respeito, a sua prioridade – onde o aborto só é permitido para salvar a vida da mulher – e "restritiva" em

Portugal, na Espanha e na Irlanda do Norte (Reino Unido).

Lancker cita estatísticas do uso de contraceptivos: 65 por cento das mulheres europeias em idade fértil usam formas modernas de contracepção. Uma média que sobe em países como a Alemanha, a Finlândia, o Reino Unido e a Holanda, nos quais três quartos da população feminina usam

habitualmente esses métodos.

A pílula é preferida por 35 por cento das mulheres, seguido do preservativo (25 por cento), do dispositivo intra-uterino e da esterilização (ambos com 10 por cento das preferências).

Por cá...

Entretanto, no panorama nacional, a deputada socialista Helena Roseta não hesita em subscrever "esta e outras propostas", pelo que, nesse sentido, deverá apresentar formalmente, ainda esta semana, a sua proposta para a realização de um estudo sobre a realidade do aborto em Portugal.

Para esta iniciativa, Roseta conta com o apoio dos parlamentares do PS, PCP e BE, considerando que "será impossível" o PSD e o PP "dizerem que nem sequer querem saber o que se passa no País".

Concluído o estudo, Helena Roseta defende que "a discussão deixará de ser teórica ou ideológica" e "os deputados terão de decidir se a lei deve ser mudada ou não".

Segundo a deputada socialista, para que isto aconteça, "não serão necessárias pressões de fora".

ABORTO

Legislação – O relatório Van Lancker considera a legislação sobre a interrupção voluntária da gravidez muito restritiva na Irlanda, onde a sua prática apenas é permitida a mulheres em risco de vida, e um pouco menos restritiva em Portugal, Espanha e Irlanda do Norte (Reino Unido), onde o aborto é permitido somente em situações como a citada, bem como nos casos de insanidade mental da mulher, malformações no feto e violação.

Quanto aos restantes Estados-membros, a IVG é permitida por razões socioeconómicas no Reino Unido, Finlândia e Luxemburgo, e a pedido na Bélgica, França, Alemanha, Itália, Holanda, Áustria, Dinamarca, Grécia e Suécia.

Contracepção – Cerca de 65 por cento das mulheres da UE na idade fértil (78 milhões) usam métodos contraceptivos modernos. Essa média baixa para 53 por cento na Áustria e na Grécia, subindo para 75 por cento na Alemanha, Finlândia, Reino Unido e Holanda. O método preferido é o contraceptivo oral (35 por cento), seguido do preservativo (25 por cento), dispositivo intra-uterino (10 por cento) e esterilização (10 por cento).

MARY RODRIGUES

MANUEL DOS SANTOS DEFENDE

INOVAÇÃO PARA RECUPERAR A ECONOMIA

O eurodeputado socialista Manuel dos Santos sustentou, em Estrasburgo, que a recuperação económica da Europa - absolutamente fundamental para que se atinjam todos os objectivos políticos da União - é algo que deverá depender mais da qualidade das políticas próprias do que do resultado de impulsos recebidos de outros espaços económicos.

A par desta ideia, que avançou na sessão plenária de Estrasburgo, Manuel dos Santos desafiou os governos dos Estados-membros da União a aproveitarem e desenvolverem de uma forma mais ambiciosa os instrumentos que definiram na Cimeira de Lisboa de Março de 2000 com o objectivo de fazer da Europa, no espaço de dez anos, a economia mais dinâmica e competitiva do mundo.

Manuel dos Santos considera que o Plano de Acção em matéria de capital de risco é um desses instrumentos, e seguramente um dos



mais eficazes com vista à consecução dos objectivos de Lisboa.

O eurodeputado socialista afirmou, ao intervir sobre este tema na sessão plenária do PE, que "a Europa comunitária é constituída por uma economia alavancada num tecido empresarial onde a iniciativa privada é dominante e a cultura de inovação e de risco uma realidade incontornável". Nessa medida, frisou, "o que se exige às autoridades de regulação política nacionais e às instituições comunitárias adequadas é que promovam e não entrem todos esses esforços de inovação".

Segundo Manuel dos Santos, a utilização do capital de risco, "enquanto mecanismo de promoção do investimento em novas empresas e, sobretudo, em sectores de incerteza acentuada no início do processo produtivo deve ser estimulada e defendida", uma vez que não se encontram esgotadas as enormes

potencialidades que gera e implica.

Contudo, considerou, tal facto impõe a "adopção de medidas concretas de harmonização legislativa e a aceitação de políticas de estímulo fiscal que permitam romper os bloqueios existentes no domínio da oferta de capitais e, nomeadamente, no que respeita ao acesso das PME's a este instrumento de financiamento".

Com soluções deste tipo, acompanhadas do aproveitamento integral de todas as potencialidades resultantes da sociedade de informação, da liberalização de alguns mercados e da definição e implementação de políticas públicas de concorrência e competitividade que criem um ambiente amigável ao desenvolvimento económico sustentado, poderão estar criadas condições, na opinião de Manuel dos Santos, para que se assista à tão desejada reanimação da economia europeia.

PATENTE COMUNITÁRIA

EURODEPUTADOS DO PS CONTRA APENAS CINCO LÍNGUAS

Os eurodeputados socialistas votaram contra a possibilidade de virem a ser utilizadas apenas cinco línguas de trabalho - e não as 11 línguas oficiais da UE - no futuro regime jurídico da patente comunitária.

Esteve em causa, no debate realizado em Estrasburgo na semana passada, a emissão do parecer favorável do Parlamento Europeu à utilização do francês, do inglês, do alemão, do italiano e do espanhol como únicas línguas

admissíveis em todas as formalidades relacionadas com a tramitação dos pedidos de patentes, posição que não foi aceite pelos socialistas portugueses.

"Apesar de o Parlamento Europeu ter concordado com a solução das cinco línguas, o desejável seria, quanto a nós, a utilização das 11 línguas oficiais da Comunidade, entre elas o português, neste importante instrumento de superação das distorções de

concorrência e de garantia da livre circulação das mercadorias patenteadas na Europa", afirmou Carlos Lage, presidente da Delegação Socialista Portuguesa no PE.

Para Carlos Lage, "é necessário assegurar o direito dos cidadãos europeus a tratarem de qualquer assunto na sua própria língua". "Além do mais, parece-nos que a opção hoje tomada traduz uma posição de princípio perigosa, que poderá abrir a porta a mais

soluções deste tipo noutros domínios de acção, pondo em causa a própria igualdade linguística na União".

É por isso necessário, segundo o líder dos socialistas portugueses no PE, que os governos europeus tenham em conta este importante e fundamental ponto de vista nas futuras negociações no seio do Conselho de Ministros com vista à adopção do regulamento sobre a patente comunitária.

PAULO CASACA APELOU À ESTABILIDADE ORÇAMENTAL NA UE

Encontram-se em discussão, nas instituições europeias, várias propostas de orçamentos rectificativos da Comissão Europeia que contemplam a devolução aos Estados-membros de cerca de 13.000 milhões de euros, montante que não foi gasto pela União Europeia no ano passado.

A aprovação de tais propostas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho (as duas autoridades orçamentais da União), significará a devolução a Portugal de cerca de 180 milhões de euros - correspondentes a aproximadamente 0,14% do PIB em 2001 - tendo por consequência a redução do défice público português nessa mesma proporção.

O primeiro Orçamento rectificativo, no valor de 10.000 milhões de euros, irá ser votado pelo PE já no próximo dia 25 de Abril, prevendo-se que o segundo Orçamento rectificativo, que cobrirá o remanescente, seja apreciado logo no mês seguinte.

Esta discussão acontece simultaneamente com



a análise, pelas instituições europeias, de um novo regulamento financeiro, no qual se estabelece as regras orçamentais comunitárias. Registam-se neste momento divergências importantes entre o Parlamento e o Conselho sobre tal matéria, sobretudo em relação à fixação dos procedimentos a adoptar para a aprovação dos orçamentos rectificativos relativos a saldos dos anos anteriores (como os que estão actualmente em discussão). De acordo com a posição do Conselho, o Parlamento deixaria de ter capacidade para interferir no destino dado a estes saldos, facto que conduziria à insólita situação de o equilíbrio institucional de poderes fixado pelo Tratado para a aprovação de um orçamento ser subvertido quando se tratasse da sua rectificação.

Se o Conselho vier a adoptar os seus pontos de vista, tal será visto pelo PE como uma autêntica declaração de guerra, podendo levar, inclusivamente, ao rompimento do acordo

interinstitucional ao abrigo do qual foram negociadas as perspectivas financeiras e os envelopes nacionais de fundos estruturais.

A este propósito, o eurodeputado Paulo Casaca, membro da Comissão dos Orçamentos do PE e vice-presidente da Comissão de Controlo Orçamental, disse em Estrasburgo estar esperançado de que "o Governo português tenha uma posição construtiva e empenhada quanto a esta matéria, ajudando a Presidência espanhola a acabar rapidamente com a situação de conflito que certamente terá consequências negativas em vários domínios importantes para Portugal, desde logo no apuramento do défice público de 2001".

"Um acordo de princípio entre a Presidência e o Parlamento sobre o regulamento financeiro é ainda possível antes de 25 de Abril, desde que haja por parte do Conselho o mesmo espírito de compromisso, de rigor e de razoabilidade que é neste momento o do Parlamento Europeu", afirmou ainda o eurodeputado.

Do caos nas contas de 2001, o Governo PSD/PP rapidamente evoluiu para um ataque à execução orçamental do primeiro trimestre de 2002.

E pronto! Depois de ser arremetida uma coligação e de ter tomado posse o Governo PSD/PP, chegou, finalmente, à Assembleia da República, o Programa do XV Governo Constitucional. Assistimos incrédulos, no último mês, a uma das mais fantásticas encenações da história da democracia portuguesa: a teoria do caos - parte II. Vale de tudo, desde deturpar a declaração de demissão de António Guterres imputando-lhe uma fuga motivada pelo estado do país até ao ponto de se comportarem como se fosse desejável que a Comissão Europeia aplicasse a Portugal sanções por incumprimento das metas de défice acordadas com Bruxelas. Aliás, a ser verdadeira a lógica de pensamento utilizada pelo PSD, a não recandidatura de Cavaco Silva a mais um mandato em 1995, significaria que este teve medo de ser confrontado com a realidade, tendo-se refugiado, primeiro, atrás de um tabu e depois abandonado o leme. Este é um problema interessante do discurso político, em que o tom das intervenções é frequentemente moldado em função do estatuto de poder ou de oposição em que determinado partido está investido. A latitudes parece condicionar o conteúdo das declarações, ainda que em clara contradição e desprezo pela coerência. Mas, voltemos à grande encenação. Do caos nas contas de 2001, o Governo PSD/PP rapidamente evoluiu para um ataque à execução orçamental do primeiro trimestre de 2002. É que pelo meio, a baralhar mais uma vez a estratégia, surgiu o comissário europeu Pedro Solbes que considerou ser possível que Portugal cumprisse a meta do défice de 2001, embora o importante fosse o cumprimento em 2002. Até parece que o interesse nacional agora tem de ser defendido pelo comissário europeu e ao Governo está cometida a missão de utilizar, numa lógica político-partidária, o défice de 2001 para pintar o cenário negro em que quer actuar. E como qualquer encenação, exige uma peça, um texto que suporte o papel de cada actor, o Governo de coligação apresentou o seu programa de Governo. Um documento vago, tipo "kit mãos livres", que diz menos que os programas eleitorais de cada um dos partidos, mas afirma o suficiente para percebermos que estamos

A GRANDE ENCENAÇÃO

confrontados com profundas alterações em matérias como a segurança social ou a saúde. Aliás, para quem tanto zurziu o rendimento mínimo garantido, não deixa de ser curioso que apresente um programa de Governo elaborado sob a égide de um rendimento mínimo programado. A estratégia, à semelhança da seguida durante a campanha eleitoral, é a dizer e comprometer-se com o mínimo possível para poder fazer o que bem entender. E terá sido por inspiração dos homens do marketing político, os mesmos que impuseram a repetição "urbi et orbi" da teoria do caos-parte II, que o líder do PSD, em fase de estágio do exercício do cargo de primeiro-ministro, surgiu na Assembleia com uma arrogância e deselegância perfeitamente desajustadas para uma democracia moderna. A Durão Barroso, ao seu programa de lugares-comuns e realidades construídas sob meias verdades, de pouco lhe valerá a ajuda preciosa do ponto Marques Mendes. Sim, durante o debate parlamentar que integra a grande encenação, o primeiro-ministro contou com um diligente ponto, que lhe soprou dicas e argumentos, na esperança de que a postura e a linguagem utilizada fossem mais elevadas. É que, seguindo a lógica utilizada, pior do que um país de tanga, só mesmo um primeiro-ministro que se julga um Tarzan.



ANTÓNIO GALAMBA

Monet atribuiu os maiores males do mundo ao espírito de discriminação entre os Estados. Essa velha mensagem continua válida, na cena europeia e na cena mundial, e infelizmente oportuna no início do século XXI. Uma Europa que se afastasse mais, em mais casos, do respeito do princípio de igualdade dos Estados, não seria a novidade institucional que ambicionamos, mas a decepção do regresso ao *déjà vu*.

No início dos trabalhos desta Convenção*, gostaria de me referir ao futuro da Europa, como nos foi pedido, recorrendo a três boas ideias europeias. Isto não para sugerir a aplicação de uma norma de fabrico, a que felizmente não estamos vinculados, que prescrevesse "fazer Europa com europeu" - apenas para pensar sobre o que queremos fazer usando conceitos que sobemos retirar do que já fizemos.

As três ideias que vou neste momento convocar são: igualdade dos Estados, soberania e Constituição.

Igualdade dos Estados

O que a história dos Estados europeus regista de mais negativo, e mesmo traumático, é o que releva das ideias de domínio, hierarquia e discriminação. Foi conscientes disso que Monnet e Adenauer acordaram, em 1951, no papel basilar do princípio da igualdade dos Estados. Este princípio vale por si e vale como expressão do reconhecimento da igualdade do valor e integridade dos povos, culturas e línguas. A garantia da eurodiversidade só pode ser prestada com base na ideia de igualdade.

A questão que se coloca hoje e a que seremos chamados a responder é a seguinte: ao integrarmos de forma crescente os nossos velhos Estados soberanos numa entidade política mais moderna, estamos dispostos a ser mais ou menos respeitadores do princípio da igualdade dos Estados? Vamos admitir elementos e mecanismos de discriminação, ou hierarquia, ou domínio - ou vamos ser leiais à promessa de igualdade que emerge da história europeia?

Monnet atribuiu os maiores males do mundo ao espírito de discriminação entre os Estados. Essa velha mensagem continua válida, na cena europeia e na cena mundial, e infelizmente oportuna no início do século XXI. Uma Europa que se afastasse mais, em mais casos, do respeito do princípio de igualdade dos Estados, não seria a novidade institucional que ambicionamos, mas a decepção do regresso ao *déjà vu*. Só uma Europa que respeite esse princípio merecerá e receberá mais estima dos povos europeus.

Soberania

O segundo ponto tem a ver com a ideia de soberania - essa dimensão de um poder que, nas velhas, mas vivas, palavras celebrizadas por Bodin, o leva a "não reconhecer superior". A superioridade europeia, nas áreas em que o desempenho tenha sido atribuído pelos Estados-membros, não está em questão. É a única solução apropriada, não no plano interno como no quadro das realidades globais dos nossos dias.

O que não seria aceitável é que tradicionais competências dos Estados soberanos, transferidas, partilhadas, limitadas ou em declínio de efectividade, não se fixassem e se exercessem numa União Europeia soberana e como que se dissolvessem no céu da Europa, ou se devolvessem a outros Estados, de outros continentes /esses afinal ainda bem fiéis a Bodin!)

Seria contrafactual dizer hoje, acerca da maior parte dos Estados do mundo, que preenchem o requisito clássico da soberania de "não reconhecer superior".

Mas a União, para justificar as transferências que reduzem o âmbito da clássica soberania estatal, tem

NO INÍCIO DOS TRABALHOS DA CONVENÇÃO SOBRE O FUTURO DA EUROPA

de se dotar das competências e condições institucionais e materiais para, ela própria, não ter de admitir a sua subalternidade na esfera das relações externas e da defesa.

Alguns recorrem à ideia da Europa-potência para equacionar este desafio. Em sede convencional, julgo que se pode evocar o conceito histórico de soberania para pensar o futuro da Europa: o futuro dos "velhos" Estados soberanos não pode estar numa "jovem" Europa vassala. Só uma Europa que se possa dizer soberana pode subtrair os povos europeus ao destino, que no passado souberam sacudir, de ter de "reconhecer superior".



ALBERTO COSTA

Constituição

Na história da Europa falámos de Constituição a propósito de momentos marcantes, quando não mesmo exaltantes, de progresso cívico, de clara promoção jurídico-política dos Estados e dos povos. E algumas vezes sucedeu também que o mesmo conceito, ou conceitos aparentados, foram usados para recobrir momentos ou operações de regressão ou paragem, quando não mesmo de dissimulação.

A ideia de constituição é uma ideia digna da Europa e do desenvolvimento europeu. E a própria Europa pode qualificar-se para a ideia de Constituição - sem que isso envolva a superação ou subalternização das constituições nacionais ou implique um fenómeno estatal europeu, confundível com qualquer fenómeno estatal já historicamente identificado.

Reconheço que não vale a pena dividirmo-nos acerca de uma palavra de que os manuais da especialidades registam dezenas de sentidos úteis. Saibamos antes reter o futuro da lição constitucional europeia. Creio que a Europa pouco terá a ganhar se passar a falar de Constituição a propósito de novos arranjos funcionais e requalificação formais, para não falar de excepções, limitações ou regressões em matéria de princípios, ainda que de sofisticada formulação.

Mas se acordarmos em progressos significativos, orientados por princípios firmes e convicções partilhadas pelos povos, traduzem um real upgrade jurídico-político da Europa - então estaremos em condições não apenas de evocar a designação como de convocar a própria inspiração constitucional para o próximo tratado europeu, que aqui preparamos

*No momento em que se desenvolvem os debates da Convenção sobre o Futuro da Europa que integro como representante da Assembleia da República, julgo interessar aos leitores do "Acção Socialista" o conteúdo da primeira intervenção que nela proferi. Agradeço e estarei atento a todos os contributos que me sejam dirigidos em vista dos trabalhos da Convenção.

MIGRAÇÕES

*Aprender a viver juntos
sem ódios, inimizades, na cooperação
e na solidariedade, como cidadãos,
é um percurso exigente, mas o único
que assegurará níveis elevados
de integração e coesão social.*

José Leitão



Com as contribuições de

Carlos Luis
Carlos Zominho
Celeste Correia
Inácio Mota da Silva
João Rui de Almeida
José Leitão
Maria Beatriz Rocha-Trindade
Nuno Severiano Teixeira
Paulo Flisco
Romualda Fernandes

PRESIDENCIAIS FRANCESAS

GUTERRES INCENTIVA JOSPIN

O presidente da Internacional Socialista (IS), António Guterres, enviou uma carta a Lionel Jospin, na qual considera que a candidatura do chefe do Governo francês ao Eliseu representa um projecto de justiça social, de solidariedade, contra a exclusão e a pobreza. Na missiva, Guterres refere que a candidatura presidencial de Jospin "oferece garantias de seguir um projecto de sociedade" caracterizado pela "justiça social, a solidariedade" e por um "combate permanente contra a exclusão e a pobreza".

"Ao longo dos últimos cinco anos à frente do Governo francês", Lionel Jospin "demonstrou determinação em relação às prioridades, tanto

em França, como na União Europeia, com a sua visão por uma Europa mais solidária, mais forte e com maior coesão social", refere Guterres na sua carta.

Segundo Guterres, "actualmente, os países devem fazer opções muito claras, havendo os que defendem um individualismo sem limites, socialmente desregulado" e os que entendem que os valores da "modernização, qualificação e inovação devem ser postos ao serviço do homem, da sua dimensão social e aspiração permanente à liberdade".

"Em França, é Lionel Jospin quem se mostra fiel aos princípios de solidariedade, liberdade e justiça social", conclui António Guterres.

CARTA

BLAIR ELOGIA DESEMPENHO DE GUTERRES

Num tom particularmente caloroso, o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, teve rasgados elogios a António Guterres, afirmando esperar que continue a ter um papel importante na vida portuguesa e na da própria União Europeia. "Deixas o Governo com um enorme conjunto de resultados a teu crédito", escreve Blair, em carta enviada ao ex-chefe do Governo português, na qual recorda que Guterres colocou Portugal "no coração da União Europeia", levou o País a entrar no euro e liderou

internacionalmente uma importante mudança de atitude em relação a Timor-Leste.

Depois de referir o importante papel do ex-primeiro-ministro português durante o período em que presidiu à União Europeia, Tony Blair referiu que, no plano pessoal, Guterres foi um "amigo excelente, caloroso e esclarecido".

Recorde-se que na sequência do abandono do cargo de primeiro-ministro, António Guterres recebeu cumprimentos de todos os líderes europeus.

SAÚDE

SAMPAIO DEFENDE RESPONSABILIZAÇÃO

O Presidente da República defendeu uma "maior liberdade de gestão e responsabilização das unidades de saúde", sublinhando que "é chegado o momento de avançar mais rapidamente para fórmulas que possam combinar a eficiência e a equidade".

Ao intervir na sessão de abertura do XXIII Congresso Português de Cardiologia, que decorreu em Vilamoura, Jorge Sampaio considerou que a gestão das unidades de saúde só muito esforçadamente foge "ao espartilho da burocracia e da centralização", não acompanhando o progresso da intervenção médica.

Referindo na sua intervenção que "os portugueses têm motivos para se orgulharem dos seus médicos", frisou, no entanto, que "o ambiente na gestão das unidades de saúde tarda em acompanhar o progresso da intervenção médica e a necessidade de dar resposta eficiente às necessidades dos doentes e da actividade profissional".

Para Jorge Sampaio, existe uma enorme distância entre a modernização constante da resposta médica aos velhos e novos problemas da saúde e os "pequenos passos na modernização da gestão das unidades de saúde, porque "nunca se separou a administração da saúde da administração pública em geral".

"E se esta tarda em se adaptar a um ambiente mais competitivo, de maior exigência na

satisfação dos utilizadores e de procura da eficiência, a gestão da saúde só muito esforçadamente tem procurado fugir ao espartilho da burocracia e da centralização", disse.

Correcção das assimetrias

Depois de asseverar que tem acompanhado as experiências inovadoras na gestão de unidades do Serviço Nacional de Saúde, o Presidente da República considerou que a correcção das assimetrias no acesso a bens e a cuidados de saúde deve motivar as políticas no sector.

Para o Presidente da República, as listas de espera nos hospitais e os portugueses ainda sem médico de família são "sinais evidentes de desigualdade social".

Admitindo que existe um superior desempenho das organizações de saúde, públicas ou privadas, quando os fluxos financeiros se baseiam em relações de tipo contratualizado, Jorge Sampaio defendeu a necessidade de acautelar o interesse público na negociação, contratação e avaliação da actividade dessas unidades.

"É necessário que o modelo de contratualização assente num quadro normativo e regulamentar, que defina com clareza os direitos e as obrigações das partes envolvidas e que haja rigor no acompanhamento e na avaliação dos resultados", sublinhou.

Chegam ao cúmulo de culpar o PS pelo défice do corrente ano. Presume-se que nos restantes nove meses entreter-se-ão a tocar violino, ou a inventar novos álíbis.

Há um provérbio popular que nos diz que mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo. Creio que esta máxima encaixa que nem uma luva ao actual Governo. De facto, durante a recente campanha eleitoral, quer o PSD, na expectativa de poder vir a obter uma maioria absoluta, quer o CDS/PP, na esperança, de resto alcançada, de se tornar indispensável para a formação de uma maioria de direita, tudo prometeram - e quantas vezes o seu contrário! - numa espécie de disputa entre si do campeão das promessas.

Claro que, e muito embora para os cidadãos mais atentos isso até pudesse constituir um paradoxo (como conciliar tantas promessas com tão débil condição da economia?!), não se esqueceram de permissão, e com o cada vez mais irritante Dr. Cavaco à cabeça, arvorado em mítico salvador da pátria, de dramatizar ao máximo a situação das finanças públicas do Estado, numa encenação pouco menos que apocalíptica sobre a realidade económica do País.

É fácil, dá votos e não custa nada, quando na oposição ou em campanha eleitoral, prometer menos impostos e mais pensões, menos desperdício e mais educação, menos despesa e melhor saúde, menos encargos e mais segurança, melhor equipamento das Forças Armadas, justiça a tempo e horas, etc. O problema é depois, na fase da governação, concretizá-lo, pois está por descobrir a fórmula matemática ou a receita política capaz de compatibilizar a redução de impostos com o aumento das despesas, sem agravar o défice orçamental.

É igualmente fácil criticar e dizer mal de tudo, sem apresentar alternativa. Bem diferente e muito mais difícil é fazer melhor. Como disse João Morgado Fernandes, a propósito do alegado naipe de estrelas do PSD que dariam para formar vários governos e salvar o País, mas que, na hora da verdade, se eclipsaram: "Portugal só tem sábios na arte de maldizer, na ciência do bota-abaixo". Na hora de fazer algo de construtivo esses críticos iluminados estão sempre do lado do problema e nunca do lado da solução.

Ainda agora, o próprio Governo, em vez de se preocupar com a governação, passa a vida a maldizer o anterior e a agitar o fantasma da pesada herança. Fica-se mesmo com a sensação de que os novos governantes ainda não se capacitaram que já não estão na oposição e que, agora, muito mais do que lamúrias inúteis, o que importa é governar.

António Barreto disse: "Que não há nada que mais confira mediocridade a um Governo do que, repetitiva e incansavelmente, culpar o anterior".

Mas não é inocente esta lengalenga enfadonha, diariamente repetida, do fantasma das contas

Evidentemente, os levantamentos não são para enfeitar, para encher, para fingir que se tomam decisões urgentes. Não temos que tê-los todos, o que implica esperar até ao último. Depois, todos juntos, começar-se-ão a discutir seriamente, rigorosamente. Só então, porque uma parcela é sempre susceptível de afectar um total.

O primeiro-ministro encomendou, pois, para cada área, um levantamento a cargo do competente ministro. Da parte de quem viveu durante anos, até não sabia quando, o dia-a-dia da oposição, este objectivo prévio causa estranheza. Sugere que se contestavam os ministros anteriores, as suas medidas, a maneira como actuavam nos seus sectores, e como resolviam (ou deixavam de resolver) os problemas, sem saberem os contestários das referidas matérias. Porque certamente os opositores não eram as pessoas que combatiam; era a incompetência ou o erro perante as dificuldades, a sua incapacidade de resolver os problemas, as suas opções nefastas. Ora, é de mão na massa que se conhece o padeiro; se a competente oposição criticava os padeiros, é porque sabia da massa, e estava pronta a fazer melhor pão. Agora, quer previamente levantamentos. Tantos levantamentos quantos os ministros, que naturalmente vão descarregar nos secretários de Estado, e estes nos directores-gerais. E ainda os levantamentos devem ser rigorosos.

É óbvio. Quem quereria antes um levantamento que não fosse exacto? Que não fosse rigoroso? Dezassete ministros (fora o primeiro) fazem dezassete levantamentos rigorosos. Dos quais (ministros), dois apenas do sexo antigamente chamado belo. Deixemos isso! Os ministros quererão, para servir ao seu levantamento próprio, operar a síntese do que farão previamente os competentes secretários de Estado. Secretários de Estado (bem calculado!), o dobro. Nem mais! Trinta e quatro! Cinco apenas do sexo antigamente chamado belo. O paridade, onde estás? Não importa. A Comissão Europeia, por quem se fazem as contas, aprovaria estas. A disparidade, parecerá mal... mas, enfim, somos portugueses, ou bolotas!

Evidentemente, os levantamentos não são para enfeitar, para encher, para fingir que se tomam decisões urgentes. Não temos que tê-los todos, o que implica esperar até ao último. Depois, todos juntos, começar-se-ão a discutir seriamente, rigorosamente. Só então, porque uma parcela é sempre susceptível de afectar um total.

Nós sabemos que há quem não tome a sério esta coisa dos levantamentos. Já certo partido, nos tempos da outra Senhora, recusava o aventurismo, e procurava prolongar a luta preparatória até estarem reunidas todas as condições do levantamento geral armado. A comparação é viciosa. Não se trata, evidentemente, dos mesmos levantamentos, embora se adiante já, e provavelmente incluído o levantamento, o pacto nacional, patrioticamente proposto à oposição.

Não. O levantamento do sr. primeiro-ministro é o levantamento tipo académico. Bem me lembra, a propósito, o levantamento que, sugeridos os temas de tese, os competentes directores aconselhavam aos estudantes: "O sr. (sra.) comece por fazer um levantamento". Aquilo é que era

SÁBIOS... SOBRETUDO NA ARTE DE MALDIZER

do Estado, pois visa, por um lado, reduzir as expectativas imediatas quanto ao incumprimento das muitas promessas eleitorais (choque fiscal, redução dos impostos, aumento das pensões, reequipamento das Forças Armadas etc.) e, por outro, preparar o ambiente para valorizar, o mais possível, a sua própria acção.

Aliás, a obsessão pela criação de um álíbi preventivo contra eventuais insucessos é tal que, caso inédito em toda e Europa, chegam a ser mais papistas do que o Papa, insinuando mesmo que o comissário europeu, na sua análise às contas portuguesas, terá sido demasiado optimista e benevolente para Portugal, para não dizer, feito com o anterior Governo.

Por isso se esfalham em fazer crer que a situação é muito mais grave do que se poderia imaginar e que o descontrolo do défice configura uma situação típica do Terceiro Mundo. Chegam mesmo ao cúmulo de culpabilizar o PS pelo défice do corrente ano. Presume-se que nos restantes nove meses entreter-se-ão a tocar violino, ou a inventar novos álíbis. Felizmente que, para seu próprio desgosto e azar, o défice não deverá ultrapassar os 2,8 por cento, situando-se entre os 2,4 por cento e aquele valor.

Se isto configura uma situação calamitosa e própria do Terceiro Mundo, como qualificar então os governos do PSD (do Dr. Cavaco, o Dr. Durão e a Dra. Manuela Ferreira Leite), quando o melhor que conseguiram em 1995, foi um défice de 4,5 por cento, para não falar na escandalosa derrapagem de 9,3 por cento em 1993. E que dizer também de alguns outros parceiros europeus, como a grande Alemanha, que inicialmente previu um, "superavit" de 1,2 e já vai num défice da ordem dos 2,7 por cento?

Presunção e água benta...



GIL FRANÇA

LEVANTAMENTO E PACTO NACIONAL

método! Tenho na lembrança peritos que, fora dos ministérios competentes, faziam saber ao (competente) ministro que estavam prontos a dirigir levantamentos e a redigir pareceres; uns e outros custavam caríssimo.

Agora, um levantamento com pacto nacional à vista é outra coisa. O primeiro-ministro, coligando, obtém uma maioria de direita, e, na hipótese de se convir no pacto (dir-se-á que quem não assina, não é nacional?), obtém uma Assembleia, nacional no sentido de "Câmara azul". Não vamos dizer, evidentemente, uma união nacional...

Com coisas sérias não se brinca. E tanto menos que a hora não é para brincadeiras. Mas acho que não devíamos ser menos metódicos que os que dão o exemplo. Já que se vai fazer o tal levantamento, poderia argumentar-se que se deveria esperar a definição de prioridades e meios de as conseguir, que inspira o levantamento bem pensado. O que tudo levará muito tempo... Sobre contemplação, tinham por lema os jesuítas: "Contemplação na acção!" Contemplação e levantamento não é bem a mesma coisa. Mas talvez o sr. primeiro-ministro, na sua, tenha querido dizer "levantamento na acção!" ou tenha posto todos os seus (ministros) a levantar, por vício académico... Ou tenha dito por dizer, por mostrar energia em qualquer disposição, desde antes do choque fiscal.

Uma coisa é certa, em todo o caso. Os levantamentos sectoriais e a competente síntese, e ainda mais tendo em conta de onde terão vindo, revestirão interesse nacional. Estará tudo pronto não sei quando, mas estará pronto! Ora, já que o sr. Primeiro-ministro deseja que a oposição não se oponha, e preconiza um pacto nacional, deve mandar logo publicar os levantamentos e a síntese. E assim, graças a estas primeiras e fortíssimas medidas, ou propostas de medidas, ficarão todos os deputados e todos os portugueses, se quiserem, muito mais competentes. Não só o Governo: Governo, Assembleia e Nação... Aí, os portugueses enfim competentes! Duro! Duríssimo!



ANTÓNIO COIMBRA MARTINS

A SEMANA PREVISTA

SEG.
TER.
QUA.
QUI.
SEX.
SÁB.
DOM.

Parabéns PS. Uma cerimónia simples de acolhimento a novos militantes, a ter lugar na sede nacional, assinalará, amanhã, 19 de Abril, o vigésimo nono aniversário do PS. Caberá ao secretário-geral a intervenção de boas-vindas aos novos aderentes.

Para sábado, 20 de Abril, está marcada a Comissão Nacional.

O Secretariado Nacional tem a sua reunião semanal das terças-feiras.

Com o voto contra do PS, deverá ser aprovado o programa do XV Governo Constitucional.

Na Fundação Mário Soares, no dia 19 de Abril, Menéres Pimentel profere às 18h30 uma conferência sobre "O direito Internacional Humanitário".

A Culturgest abre um novo espaço cultural no Porto que vai ocupar o rés-do-chão e as caves da CGD na Av. dos Aliados.

Em Ferreira do Alentejo e Odemira, por iniciativa das respectivas câmaras municipais, a semana será preenchida com programas comemorativos do 25 de Abril.

Realiza-se a primeira volta das eleições presidenciais francesas em que é candidato o nosso camarada da Internacional Socialista Lionel Jospin.

ACÇÃO SOCIALISTA

INFORMAÇÕES ÚTEIS

PARTIDO SOCIALISTA
Sede Nacional - Largo do Rato, 2 - 1250 Lisboa
213 822 000
info@ps.pt

GRUPOS PARLAMENTARES

Assembleia da República
Palácio de São Bento - Lisboa
213 919 264
gp_ps@ps.parlamento.pt

PARLAMENTO EUROPEU
Rue Wiertz, Asp 14G358 - Bruxelas
003 222 842 133
psedelegpt@europarl.eu.int

Delegação em Portugal
Centro Europeu
Largo Jean Monnet, 1 - 1269-070 Lisboa
21 314 23 05

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
Rua Marcolino Lima - 9900 Horta - Açores
29 220 76 00/1

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DA MADEIRA
Av. do Mar - 9000 Funchal - Madeira
291 232 150 / 291 230 107

ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha
214 198 105



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt
Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt

Secretariado **Sandra Anjos**
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao
E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



- Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico**

Junto envio o valor da assinatura

- Quero renovar a assinatura**

Junto envio o valor da assinatura

- Cheque
 Vale de correio 12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ **Código Postal** _____

Assinaturas	12 meses
	52 números
Continente	25 €
Regiões Autónomas	32 €
Macau	54 €
Europa	63 €
Resto do Mundo	92 €

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados